REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS

COMPACTO

PROÁGUAS 2026-2036

Estratégia Nacional de Segurança Hídrica

"Segurança hídrica para o futuro sustentável de Moçambique"

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O **Compacto Nacional de Segurança: Hídrica ProÁguaS 2026–2036** é o instrumento que concretiza o compromisso do nosso Governo com o povo moçambicano, que passa por melhor serviço de abastecimento de água e saneamento, bem como melhor gestão dos recursos hídricos de que o país dispõe.

O **ProÁguaS**, nasce num momento em que convergem três realidades: a consciência dos défices que precisamos superar, a determinação política de os enfrentar com reformas estruturais profundas, e os instrumentos necessários para mobilizar financiamento em escala: público, privado e climático.

Através do **NEXUS: ÁGUA – ENERGIA – ALIMENTOS**, o **ProÁguaS** liga a segurança hídrica à expansão da produção agrícola, à geração de energia e à atracção de investimento produtivo, criando oportunidades para todos os moçambicanos, nas cidades, nas zonas rurais em todas províncias do país.

Neste documento apresentamos a nossa visão, bem como as metas concretas que pretendemos alcançar para reduzir as assimetrias entre as zonas rurais e urbanas. De província por província, traduzimos em documento os desafios, a janela de oportunidade de investimentos, como caminhos para um melhor desempenho do sector. Felizmente algum passo foi dado, mas precisamos de fazer mais para, e por aqueles que já não devem mais sofrer. A água deve deixar de ser problema quando escassa e quando em excesso. Queremos de forma articulada e robusta assegurar uma melhor gestão dos recursos hídricos.

O conceito, os objectivos e os resultados esperados dentro do **ProÁguaS**, reflectem uma consulta e auscultação profunda a vários actores sociais que ajudaram a construir este pensamento estratégico, que vai nos levar a alcançar resultados melhores no sector de abastecimento de água e saneamento.

O caminho é longo para o governo caminhar sozinho, por isso queremos convidar a todos para que dentro da informação aqui disponível apoiem e invistam, quer seja no abastecimento de água e saneamento, bem como na gestão dos recursos hídricos.

A **ÁGUA É VIDA**. É também um activo estratégico nacional, da mesma natureza que a energia, as infraestruturas e os recursos minerais. É soberania, estabilidade social, segurança alimentar, saúde pública e competitividade económica. Por isso, o Governo de Moçambique assume com esta estratégia um compromisso de uma década: gerir este activo com rigor, expandi-lo com ambição e garantir que serve todos os moçambicanos. Queremos expandir a rede de abastecimento de água e saneamento para as nossas populações; construir mais barragens, para garantir o consumo doméstico, produção de energia, abastecer a indústria e a agricultura.

Com o **ProÁguaS**, construímos as bases para que o sector inspire confiança. Aos nossos parceiros e investidores, a mensagem é inequívoca: Moçambique está a construir um sector robusto, previsível e preparado para acolher investimento responsável e de longo prazo.

O sucesso desta agenda exige que trabalhemos: Governo central, governos provinciais, governos distritais, e autarquias; sector privado nacional e internacional e sociedade civil; cooperação internacional e comunidades locais.

É nas aldeias mais distantes, nas famílias mais vulneráveis, nas escolas e nas unidades sanitárias de cada distrito que os resultados desta estratégia serão medidos. Nenhum moçambicano ficará para trás. O desafio é grande. Mas maior é a nossa determinação.

Porque o futuro de Moçambique constrói-se com água segura, saneamento digno e segurança hídrica para todos.

Vamos Trabalhar, Vamos Investir com Eficiência e Sustentabilidade

Daniel Francisco Chapo

Presidente da República de Moçambique

Maputo, 18 de Maio de 2026

ÍNDICE

Mensagem do Presidente 1

Lista de Acrónimos e Abreviações 1

Sumário Executivo 4

Assimetrias Estruturais do Sector 4

A Janela de Oportunidade 5

A Nova Arquitectura Institucional 5

Os Cinco Pilares 6

Arquitectura de Financiamento 7

Metas do Compacto — Indicadores-Chave 7

CAPÍTULO 1 — Enquadramento do Compacto 8

1.1 Antecedentes e Desenvolvimentos Chave 8

1.2 Racional e Visão Estratégica 8

1.3 Objectivos, Metas e Indicadores de Progresso 9

1.4 Oportunidades de Desenvolvimento Social e Económico 9

1.5 Princípios Orientadores 10

1.6 Alinhamento com Políticas Nacionais e Internacionais 11

CAPÍTULO 2 — Os Compromissos 12

Gestão da Transição Institucional 14

CAPÍTULO 3 — Arquitectura de Financiamento e Investimento 20

3.1 Quadro Indicativo de Financiamento 20

3.2 Instrumentos e Modalidades de Mobilização de Recursos 20

3.3 Fluxo de Fundos: Arquitectura do FIPAAS FP como Nó Central 21

3.4 Programa de Investimentos: Desagregação por Província (Pilares II e III) 21

3.5 Investimento Institucional por Pilar 22

CAPÍTULO 4 — Governação, Roadmap, Resultados e Monitoria 24

4.1 Arquitectura de Governação 24

4.2 Gestão da Economia Política da Reforma 24

4.3 Roadmap de Implementação 25

4.4 Quadro de Resultados e Indicadores 26

4.5. Gestão de Riscos e Salvaguardas 28

4.6. Monitoria, Avaliação e Reporte 29

4.7 Quadro Lógico de Resultados 31

Anexos 35

Lista de Acrónimos e Abreviações

Acrónimo	Descrição	Acrónimo	Descrição
AAS	Abastecimento de Água e Saneamento	**KfW**	Banco de Desenvolvimento Alemão
AdeM IP	Águas de Moçambique, Instituto Público	**LDCF**	Least Developed Countries Fund / Fundo para os Países Menos Desenvolvidos
AFD	Agence Française de Développement / Agência Francesa de Desenvolvimento	**LIMCOM**	Comissão do Rio Limpopo
AIAS	Administração de Infraestruturas de Água e Saneamento (entidade predecessora)	**M&A**	Monitoria e Avaliação
ARAs	Administrações Regionais de Águas (ARA-Norte, ARA-Centro e ARA-Sul)	**MDB**	Multilateral Development Bank / Banco Multilateral de Desenvolvimento
AUDA-NEPAD	African Union Development Agency – New Partnership for Africa's Development	**MIGA**	Multilateral Investment Guarantee Agency / Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
AURAS	Autoridade Reguladora de Águas e Saneamento	**MOPHRH**	Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	**MozWIP/GWPSA**	Mozambique Water Investment Programme / Global Water Partnership Southern Africa
BEI	Banco Europeu de Investimento	**MRV**	Monitoring, Reporting and Verification / Monitorização, Reporte e Verificação
BM	Banco Mundial	**NBS**	Nature-Based Solutions / Soluções Baseadas na Natureza

Acrónimo	Descrição	Acrónimo	Descrição
BUPUSACOM	Comissão do Rio Buzi, Pungúé e Save	**NDC**	Nationally Determined Contribution / Contribuição Determinada a Nível Nacional
CA	Conselho de Acompanhamento (presidido pelo Ministro MOPHRH)	**NRW**	Non-Revenue Water / Água Não Faturada
CAA	Comissão de Acompanhamento Alargado	**ODA**	Official Development Assistance / Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CIRDI	Centro Internacional para Resolução de Diferendos em Investimentos	**ODS**	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
DNAAS	Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento	**PBC**	Performance-Based Contract / Contrato Baseado em Desempenho
DNGRH	Direcção Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos e Hidrologia	**PIC**	Programa de Investimentos do Compacto
DOPPHRH	Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação	**PNRH**	Plano Nacional de Recursos Hídricos
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento	**PPP**	Public-Private Partnership / Parceria Público-Privada
ESG	Environmental, Social and Governance / Ambiental, Social e de Governança	**PQG**	Programa Quinquenal do Governo
EWS	Early Warning System / Sistema de Aviso Prévio	**ProÁguaS**	Compacto Nacional de Segurança Hídrica 2026–2036
FIPAAS FP	Fundo de Investimentos e Património para o AAS, Fundo Público	**PRONASAR**	Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
FIPAG	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (entidade predecessora)	**QAD**	Quadro de Avaliação de Desempenho
FLID	Farmer-Led Irrigation Development / Irrigação Liderada pelo Agricultor	**RAC**	Reunião Anual Conjunta

Acrónimo	Descrição	Acrónimo	Descrição
FPA	Fornecedores Privados de Água	**RADS**	Relatório Anual de Desempenho do Serviço
GCF	Green Climate Fund / Fundo Verde para o Clima	**R/OPEX**	Rácio Receita Faturada / Custos Operacionais
GEF	Global Environment Facility / Fundo para o Ambiente Mundial	**SADC**	Southern African Development Community
GIRH	Gestão Integrada de Recursos Hídricos	**SDPI**	Serviços Distritais de Planificação e Infraestrutura
GRH	Gestão de Recursos Hídricos	**UPAAS, SA**	Unidades Provinciais de Abastecimento de Água e Saneamento, Sociedades Anónimas
IDA	International Development Association / Associação Internacional de Desenvolvimento	**VGF**	Viability Gap Funding / Financiamento de Lacuna de Viabilidade
IFC	International Finance Corporation / Corporação Financeira Internacional	**WASH**	Water, Sanitation and Hygiene / Água, Saneamento e Higiene
IFI	International Financial Institution / Instituição Financeira Internacional	**WBG**	World Bank Group / Grupo Banco Mundial
IFRS	International Financial Reporting Standards	**ZAMCOM**	Comissão do Rio Zambeze
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards		

Sumário Executivo

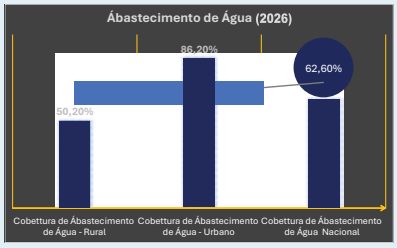
A Estratégia Nacional de Segurança Hídrica ProÁguaS 2026–2036 é a resposta do Governo de Moçambique ao imperativo de assegurar que a água seja um motor do desenvolvimento económico, da resiliência climática e da inclusão social. A estratégia operacionaliza a mais profunda reforma institucional do sector desde 1998, cria as condições para mobilizar financiamento em escala e estabelece compromissos verificáveis para os próximos dez anos.

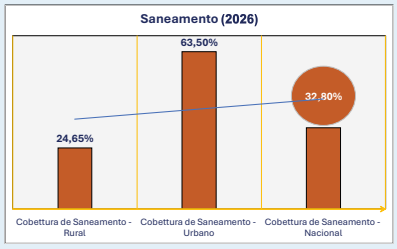
O PONTO DE PARTIDA - DIAGNÓSTICO

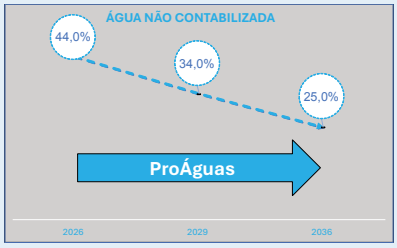
A cobertura de água rural situa-se em 50,2%, contra os 86,2% da urbana. O saneamento rural não chega aos 24,6% face a 63,5% nas zonas urbanas, evidenciando assimetrias profundas entre zonas urbanas e rurais. A defecação a céu aberto ainda está acima dos 33,0% em zonas rurais. A água não contabilizada atinge 44,0% e o fornecimento médio é de apenas 12,7 horas por dia. A capacidade de armazenamento hídrico representa apenas 27,0% do escoamento médio anual, com 54,0% deste gerado fora do território nacional. Moçambique é hoje um dos países do mundo mais vulneráveis às alterações climáticas.

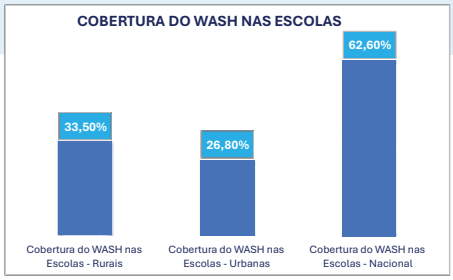
(*Fontes: INE/JMP 2023; RADS AURAS 2024; DNGRH/PNRH 2019*)

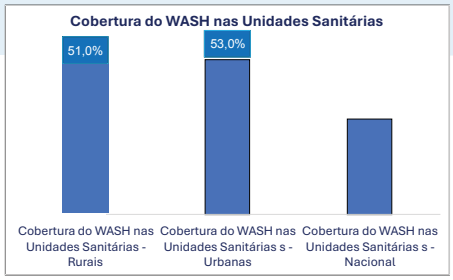
Assimetrias Estruturais do Sector











A Janela de Oportunidade

Pela primeira vez, convergem três condições simultaneamente:

A Lei n.º 9/2024 — cria uma arquitectura institucional clara, com separação funcional entre mobilização de capital, gestão de activos, operação de serviços e regulação, exactamente o modelo que os mercados financeiros e os fundos climáticos exigem como pré-requisito de entrada.

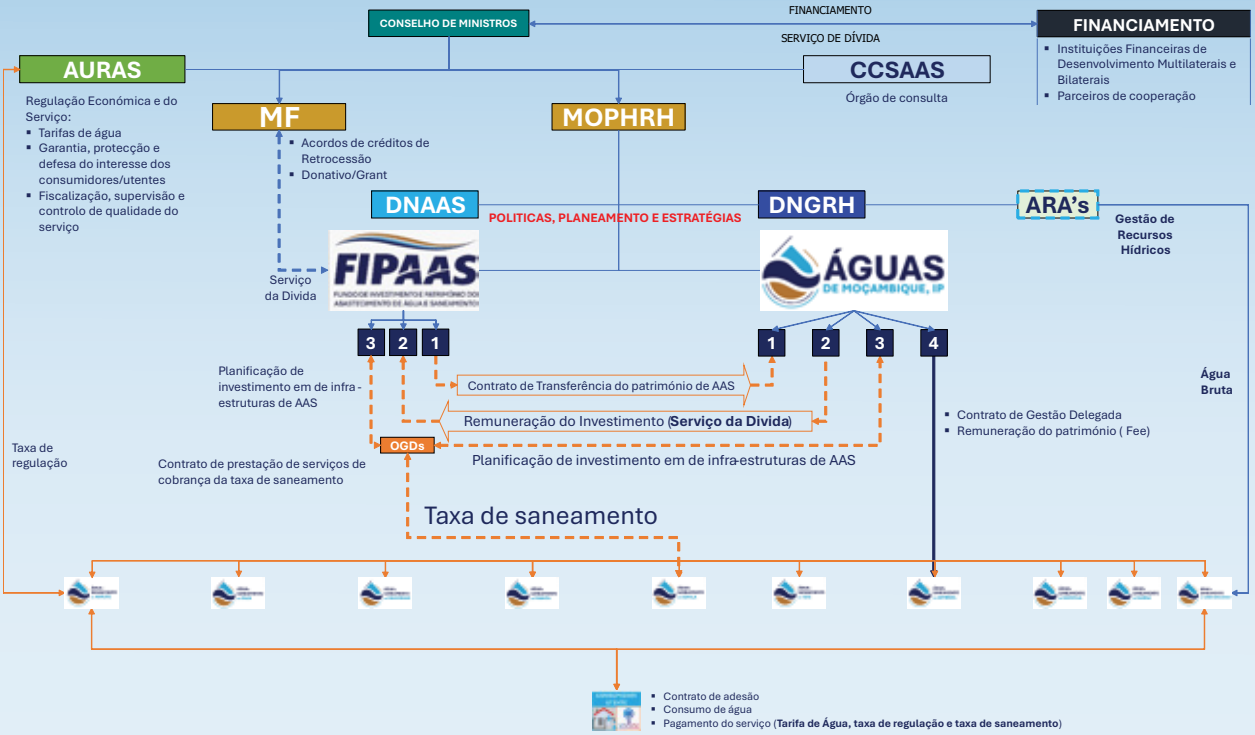
A Adesão à Iniciativa AUDA-NEPAD — na Cimeira da União Africana de Fevereiro de 2026, insere esta reforma num quadro continental de alto nível, ampliando as possibilidades de financiamento multilateral.

Instrumentos sem precedente — financiamento climático internacional, *blended finance* com fundo de primeira perda e parcerias público-privadas com garantias de investimento estão agora formalmente acessíveis.

A Nova Arquitectura Institucional

O **FIPAAS, FP** centraliza a mobilização de capital e a programação dos investimentos; a **AdeM ,IP** gere os activos e actua como cedente único nas parcerias com o sector privado; as **10 UPAAS, SA** asseguram a operação provincial dos serviços de água e saneamento em percurso de prontidão creditícia; a **AURAS** exerce a regulação independente e a protecção dos consumidores; a **DNAAS** lidera as políticas, normas técnicas e coordenação do WASH; a **DNGRH** define a estratégia de recursos hídricos, cooperação transfronteiriça e enquadramento para financiamento climático; e as **ARA's** asseguram a gestão operacional integrada dos recursos hídricos.

Esta separação funcional, inexistente até 2024, cria as condições estruturais para mobilizar fundos públicos, capital privado, financiamento climático e parcerias público-privadas de forma credível e bancável.



Os Cinco Pilares

A estratégia organiza-se em 5 pilares interdependentes: (I) Fortalecimento institucional e regulação; (II) Gestão de recursos hídricos e resiliência climática; (III) Expansão da cobertura e qualidade dos serviços; (IV) Sustentabilidade operacional e financeira; e (V) Mobilização de capital privado, *blended finance* e financiamento climático. Os pilares formam uma cadeia de valor: a solidez do Pilar I cria as condições de confiança sem as quais os investimentos dos Pilares II e III não são bancáveis.

Arquitectura de Financiamento

O financiamento dos projectos e actividades assenta na seguinte arquitectura estratégica, combinando:

- → Orçamento do Estado e financiamento concessional multilateral (IDA, KfW, AFD, BEI, BAD) — USD 594M identificados;
- → Financiamento climático (GCF/GEF/LDCF) — potencial USD 400–600M; acreditação em curso;
- → Blended finance com fundo de primeira perda — capitalização com doadores bilaterais (2028);
- → PPPs com garantias MIGA — meta: ≥5 contratos activos até 2030.

O retorno dos investimentos justifica a escala almejada: cada dólar investido em água e saneamento gera USD 4–12 em retorno económico (OMS/BM). O NEXUS Água–Alimento–Energia alavanca os ganhos para a segurança alimentar, produção energética e atracção de investimento produtivo.

Metas do Compacto — Indicadores-Chave

Indicador	Base 2026	Meta 2029	Horizonte 2036
Cobertura água nacional	62,6%	**68,0%**	**75,0%**
Cobertura água rural	50,2%	**56,0%**	**65,0%**
Cobertura água urbana	86,2%	**90,0%**	**92,0%**
Cobertura saneamento nacional	38,2%	**44,0%**	**60,0%**
Cobertura saneamento rural	24,6%	**32,0%**	**54,0%**
Saneamento Urbano	63.5%	65.0%	70,0%
Defecação a céu aberto (nacional)	24,3%	**16,9%**	**0,0%**
Horas de fornecimento/dia	12,7h	**13,7h**	**16,0h**
Água não contabilizada (NRW)	44,0%	**35,0%**	**25,0%**
Taxa de cobrança de facturas	72,0%	**80,0%**	**90,0%**
R/OPEX (cobertura de custos)	1,16	**1,25**	**1,30**
WASH nas escolas	31,9%	**50,0%**	**100,0%**
WASH nas unidades sanitárias	51,6%	**100,0%**	**100,0%**
Contratos PPP activos (MIGA)	0	0	**≥ 5**
Financiamento climático mobilizado	0	Em acreditação	**USD 400–600M**

CAPÍTULO 1 — Enquadramento do Compacto

1.1 Antecedentes e Desenvolvimentos Chave

A reforma mais abrangente do sector de águas moçambicano desde 1998 foi desencadeada pela aprovação da **Lei n.º 9/2024, de 7 de Junho**, que estabelece a separação funcional entre mobilização de capital (FIPAAS FP), propriedade de activos (AdeM IP), operação de serviços (10 UPAAS, SA) e regulação (AURAS), criando as condições institucionais para o financiamento privado e climático. Em Fevereiro de 2026, na Cimeira da União Africana, Moçambique subscreveu a Iniciativa AUDA-NEPAD de aceleração WASH, inserindo a reforma nacional num quadro continental de alto nível. O ProÁguaS é o instrumento que operacionaliza esta reforma em compromissos verificáveis, investimentos sequenciados e resultados mensuráveis para todos os moçambicanos.

1.2 Racional e Visão Estratégica

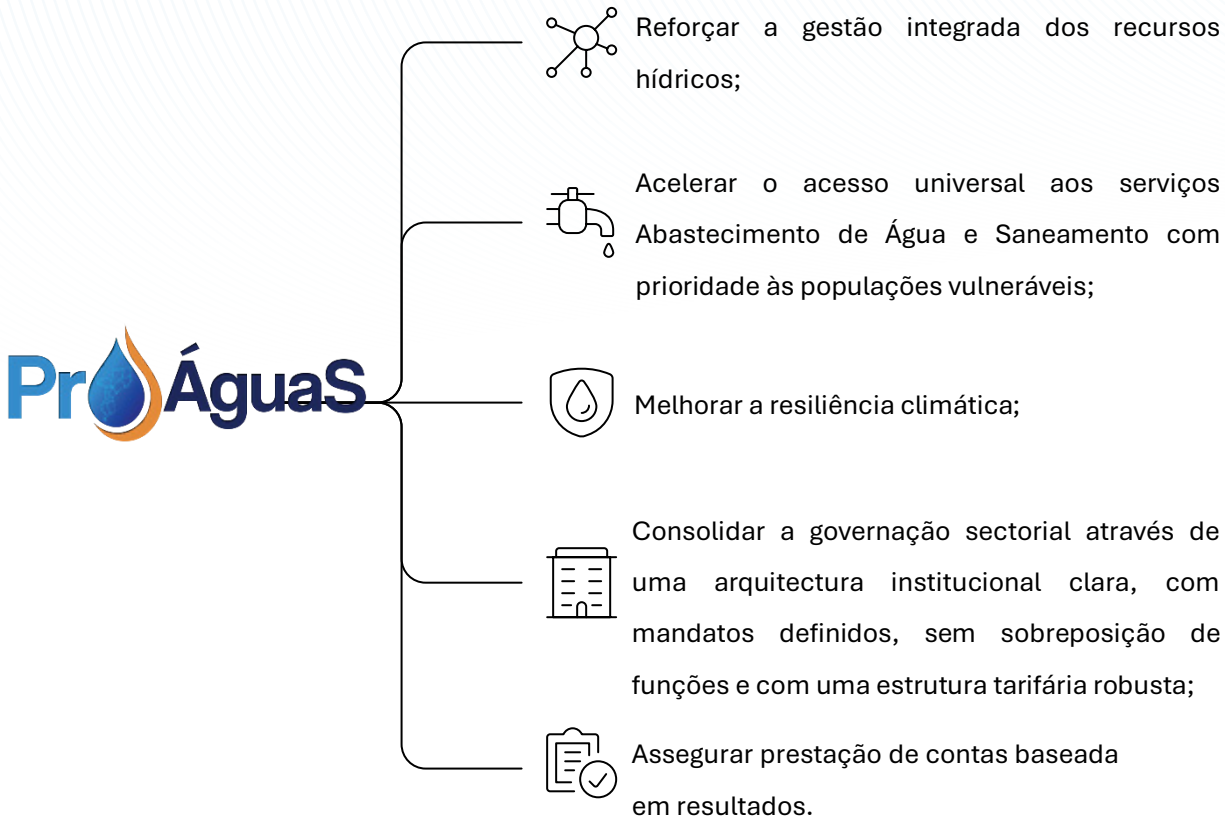
O imperativo de agir resulta de seis realidades convergentes:

- **Pressão demográfica**: +10 milhões de pessoas na próxima década.
- Atraso face às metas ODS: água rural 50,0%, saneamento 38,0%.
- **Assimetrias profundas:** urbano 86,0% vs. rural 50,0% na água; água 63,0% vs. saneamento 38%.
- Ineficiência operacional: NRW 44,0%, 12,7h/dia, cobrança 72,0%.
- **Vulnerabilidade da segurança hídrica estrutural**: 54,0% do escoamento gerado fora do território; 194 m^3/pessoa/ano de água regularizada (excluindo HCB); Moçambique entre os países mais expostos a ciclones, cheias e secas.
- **Contracção da Ajuda Pública ao Desenvolvimento** — o modelo baseado em donativos é estruturalmente insustentável.

> Transformar o sector de águas num motor de desenvolvimento sustentável, resiliente e inclusivo, mobilizando financiamento público, climático, concessional e privado para acelerar o acesso universal e a sustentabilidade do sector.

1.3 Objectivos, Metas e Indicadores de Progresso

Para o período 2026–2036, o Governo de Moçambique define cinco objectivos estratégicos:



As metas articulam-se com a ENDE 2025–2044, o PQG 2025–2029, o PNRH 2040 e os ODS.

1.4 Oportunidades de Desenvolvimento Social e Económico

Para Moçambique e para os seus parceiros, trata-se de um momento de rentabilidade documentada: cada USD 1 investido em água e saneamento gera **USD 4–12 em retorno económico** (OMS/BM).

A expansão da cobertura rural liberta 40 minutos diários de produtividade por pessoa — com impacto directo na frequência escolar das raparigas e na produtividade agrícola das mulheres.

O NEXUS Água–Alimento–Energia é decisivo: os 50.000 ha de área irrigada adicional até 2036 geram rendimentos 2–4 vezes superiores ao sequeiro, reduzem importações alimentares estimadas em USD 200–400M anuais e desbloqueiam agro-indústria dependente de água de qualidade.

A nova arquitectura institucional cria, pela primeira vez, as condições que os fundos de infraestruturas e os investidores privados internacionais exigem como pré-requisito de entrada, promovendo simultaneamente conteúdo local, emprego qualificado e integração de empresas nacionais em cadeias de valor sustentáveis.

	NEXUS ÁGUA – ALIMENTOS Dependências bidirecionais entre recursos hídricos e produção alimentar	NEXUS ÁGUA – ENERGIA Interdependências entre disponibilidade hídrica e produção/consumo de energia	NEXUS ALIMENTOS – ENERGIA Fluxos entre sistemas alimentares e energéticos
→ ÁGUA →	**Água → Alimentos** ▸ Agricultura irrigada como pilar da produção alimentar nacional ▸ A qualidade da água constitui um factor crítico para a segurança alimentar e a inocuidade alimentar ▸ Água para processamento, lavagem e conservação de alimentos ▸ Disponibilidade hídrica condiciona extensão de época agrícola	**Água → Energia** ▸ Hidroelectricidade: Cahora Bassa responde por ~80,0% da energia eléctrica gerada em Moçambique ▸ Variabilidade de caudais afecta directamente a geração eléctrica nacional ▸ Água para arrefecimento de centrais termoeléctricas	**Água → Alimentos + Energia** ▸ Irrigação com bombagem integra os três recursos num único ciclo produtivo ▸ Aquacultura e processamento de pescado dependem de água, energia e cadeia alimentar

1.5 Princípios Orientadores

Um Sector, um Compacto Instrumento único do sector de águas sem fragmentação institucional.	**Liderança Institucional** Mandatos claros sem sobreposição de funções.
Planificação Conjunta Planificação participativa, envolvendo autoridades descentralizadas e parceiros de cooperação.	**Equidade Territorial** Recursos alocados por necessidade; 50,0% mínimo para zonas rurais.
Sustentabilidade Financeira Estruturas tarifárias viáveis e mecanismos de garantia sempre que necessário.	**Resiliência Climática** Infraestruturas resilientes e gestão eficiente dos recursos hídricos.
Redução da Assimetria PRIORIDADE ao **rural** (vs. urbano) e ao **saneamento** (vs. água).	**Preparação do Futuro** Estudos e projectos para o ciclo pós-2036.

1.6 Alinhamento com Políticas Nacionais e Internacionais

Esta estratégia insere-se num quadro coerente de compromissos nacionais e internacionais:

Constituição da República	ENDE 2025–2044	PQG 2025–2029
PNRH 2040	ODS 6 (Água e Saneamento)	Acordo de Paris
NDC de Moçambique	Protocolo Revisto da Água (SADC)	Iniciativa AUDA-NEPAD

CAPÍTULO 2 — Os Compromissos

O Governo de Moçambique assume cinco áreas de compromisso estratégico, estruturadas em Pilares interdependentes: a solidez institucional do Pilar I cria as condições de confiança sem as quais os investimentos dos Pilares II e III não são bancáveis; a sustentabilidade do Pilar IV determina a capacidade de absorção que o Pilar V exige; e o financiamento privado e climático do Pilar V amplia a escala de execução dos Pilares II e III. A implementação envolve activamente os governos provinciais, distritais e municipais como parceiros de execução de primeiro plano.

I PILAR I — Fortalecimento de Políticas, Instituições e Regulação

Reforma institucional ● Quadro legal ● Regulação (AURAS) ● Capital humano ● Dados

SITUAÇÃO ACTUAL E DESAFIOS	COMPROMISSOS-CHAVE
▸ Lei n.º 9/2024 em curso: FIPAAS FP e AdeM IP com Estatutos Orgânicos por aprovar. ▸ Rácio de cobrança da AURAS deficiente por não-pagamento da taxa regulatória de 3,0% pelas UPAAS, SA. (*RADS AURAS 2024*) ▸ Capital humano fiduciário concentrado nos técnicos do FIPAG - em risco de perda durante a transição. ▸ Dados operacionais classificados com reservas no RADS 2024 (*Fonte: RADS AURAS 2024*) - compromete atractividade para capital privado.	▸ Estatutos Orgânicos Fundo FIPAAS FP e do Instituto Público AdeM IP - publicação imediata (urgência máxima). ▸ Novo modelo tarifário com mecanismo automático equilibrado; AURAS como garante do equilíbrio financeiro. ▸ Revisão da Lei de Águas n.º 16/91 com integração climática e cooperação transfronteiriça. ▸ Programa AUDA-NEPAD para DNGRH/ARA's em GCF, MRV e capacidade fiduciária climática. ▸ Reforço da AURAS: clearing (3,0%), unidade PPP especializada e AURAnet operacional. ▸ Academia da Água: ≥3 programas de mestrado/especialização em instituições nacionais até 2036. ▸ Planos plurianuais vinculativos FIPAAS FP ↔ Províncias, Distritos e Municípios. ▸ Reforço do enquadramento institucional e contratual das PPPs, promovendo condições mais robustas para a participação do sector privado.

Gestão da Transição Institucional

A implementação da nova arquitectura institucional prevista na Lei n.º 9/2024 implica uma transição de elevada complexidade técnica, jurídica e operacional. O Compacto adopta o **Plano de Transição (Fevereiro de 2026)** como instrumento de gestão desta fase crítica, sob coordenação da Comissão Técnica Especializada e supervisão da Comissão Técnica Interministerial. Quatro dimensões são prioritárias:

- **Transferência de pessoal** - reenquadramento dos técnicos do FIPAG e restantes colaboradores das entidades extintas nas novas entidades, com preservação das competências fiduciárias e operacionais críticas.

- **Inventário e valorização de activos** - levantamento exaustivo cobrindo sistemas físicos, equipamentos, activos financeiros e passivos herdados das entidades extintas.

- **Transferência e reconhecimento de contratos** - todos os contratos com financiadores externos, operadores privados e fornecedores são formalmente transferidos, com notificação obrigatória nos primeiros 30 dias.

- **Continuidade do serviço** - a operação regular dos sistemas, a cobrança de tarifas e o pagamento de salários e fornecedores mantêm-se sem interrupção durante toda a fase transitória.

II PILAR II — Gestão de Recursos Hídricos e Resiliência Climática

GIRH ● Infra-estrutura multipropósito ● Bacias ● Subterrâneos ● Transfronteiriços ● NBS ● EWS

SITUAÇÃO ACTUAL E DESAFIOS	COMPROMISSOS-CHAVE
▪ Capacidade de armazenamento: 27,0% do escoamento médio anual - 95% concentrada em Cahora Bassa. ▪ Dependência transfronteiriça: 54% do escoamento gerado fora do território (*PNRH 2019; DNGRH*). ▪ Vulnerabilidade climática: Moçambique no Top 10 mundial de exposição a ciclones, cheias e secas (*ND-GAIN Country Index; Banco Mundial 2023*) ▪ Rede hidrometeorológica abaixo da rede óptima de 333 estações; lacunas em aviso prévio (*DNGRH 2024*). ▪ Infra-estrutura hídrica historicamente concebida para fins únicos - ausência de abordagem GIRH.	▪ 4 grandes barragens multipropósito (Locomue/Niassa, Muera/Cabo Delgado, Macuje/Nampula, Moamba Major/Maputo) — concebidas com funções integradas de abastecimento, irrigação, energia e controlo de cheias. ▪ Preparação dos projectos das barragens de Maguruma, Lúrio, Mugeba, Pavué e Mapai, com avaliação de usos múltiplos. ▪ Integração dos princípios GIRH nos planos de bacia das ARA's. ▪ ~100 represas por província até 2036; protecção de 8 aquíferos estratégicos urbanos com planos de monitoria sistemática, delimitação de zonas de recarga e restrições de uso compatíveis com os planos de ordenamento territorial - articulado com o protocolo MOPHRH-MTA (R8). ▪ Cooperação transfronteiriça: INAMACIOM, LIMCOM. BUPUSACOM e ZAMCOM e; acordos de caudais mínimos. ▪ Expansão da rede hidrometeorológica para 333 estações; EWS integrado. ▪ NBS nos planos de bacia; restauração de ecossistemas; elegibilidade para créditos de carbono. ▪ Reabilitação de 312 km de diques (Maputo, Incomáti, Limpopo, Búzi, Zambeze e Licungo).

III PILAR III — Expansão da Cobertura e Qualidade dos Serviços

Abastecimento urbano ● Abastecimento rural ● Saneamento ● Irrigação FLID ● Qualidade

SITUAÇÃO ACTUAL E DESAFIOS	COMPROMISSOS-CHAVE
▪ Água rural 50,2% vs. urbano 86,2% - gap de 36 p.p. *(INE/JMP 2023)*. ▪ Saneamento nacional 38,2% vs. água 62,6% *(INE/JMP 2023)* - saneamento tem sempre prioridade. ▪ Saneamento rural 24,6% — o indicador mais crítico do sector *(INE/JMP 2023)*. ▪ WASH nas escolas 31,9%; nas unidades sanitárias 51,6% *(MINED/JMP 2023)*: 100,0% até 2036. ▪ Defecação a céu aberto: 24,3% nacional, 33,6% rural *(INE/JMP 2023)*. - Meta: erradicação até 2036.	▪ PRIORIDADE: água rural (→ 65,0%) e saneamento (→ 60,0%); erradicação da defecação a céu aberto; 50,0% mínimo do investimento sectorial total para rural. ▪ USD 706M no espaço rural e vilas nos próximos 10 anos. ▪ Programa de emergência para eficiência urbana: NRW → 25,0%, 16h/dia, qualidade → 100,0%. Investimento imediato: USD 51M. ▪ WASH escolas e unidades sanitárias: 100,0% até 2036. ▪ Latrinas SATOPAN e fossas sépticas com projectos tipo + assistência técnica às famílias para erradicação da defecação a céu aberto. ▪ Integração de represas com irrigação de pequena escala e consumo humano; elegibilidade GCF/FA. ▪ Governos distritais e municipais como executores de primeiro plano nos programas rurais.

IV PILAR IV — Sustentabilidade Operacional e Financeira

Desempenho das entidades gestoras ● Reforma tarifária ● Recuperação de custos ● Tecnologia

SITUAÇÃO ACTUAL E DESAFIOS	COMPROMISSOS-CHAVE
▪ R/OPEX médio 1,16 (base facturação); sistemas como Pemba (52,0%) e Maxixe (58,0%) abaixo do ponto de equilíbrio *(RADS AURAS 2024)*. ▪ Taxa de cobrança 72,0%: rácio efectivo baseado em receitas cobradas situa-se em ~0,84 — abaixo do limiar bancável *(RADS AURAS 2024)*. ▪ NRW 44,0% — cada p.p. reduzido ≈ USD 1,5M de receita adicional/ano só em Maputo *(RADS AURAS 2024; Diagnóstico Institucional 2026)*. ▪ AURAS com défice financeiro sistemático 2022–2024 por não-pagamento de taxas regulatórias *(RADS AURAS 2024)*. ▪ Governos distritais e municípios sem dotações orçamentais estáveis para manutenção.	▪ Contratos-Programa PBC AdeM IP ↔ 10 UPAAS, SA com metas vinculativas (eficiência operacional, sustentabilidade financeira e qualidade do serviço). ▪ Prontidão Creditícia: auditorias IPSAS/IFRS, R/OPEX ≥1,2 e relato ESG nas 3 maiores UPAAS, SA. ▪ Reforma tarifária: AURAS garante equilíbrio financeiro e protecção dos consumidores. ▪ Financiamento ARA's: cobrar e reter a Taxa de Água Bruta, reduzindo dependência do OE. ▪ Modernização: telegestão, contadores inteligentes, MIS/SCADA nas UPAAS, SA. ▪ Meta: rating internacional para ≥1 UPAAS, SA até 2029. ▪ Adopção de planos de gestão de activos ao longo do ciclo de vida pela AdeM IP.

V PILAR V — Participação e Financiamento Privado

Capital Privado ● Blended finance ● PPP ● Financiamento climático ● Parcerias

SITUAÇÃO ACTUAL E DESAFIOS	COMPROMISSOS-CHAVE
▪ Participação privada historicamente limitada: >1.800 FPA's de pequena dimensão, sem MIGA, blended finance ou GCF (*Diagnóstico Institucional 2026; RADS AURAS 2024*). ▪ Barreira estrutural: ausência de separação funcional proprietário/operador, removida pela Lei 9/2024. ▪ Nenhum dos três instrumentos centrais (PPP/MIGA, *blended finance*, GCF) tem precedente no sector. ▪ UPAAS, SA ainda sem critérios de prontidão creditícia; FIPAAS FP sem unidades especializadas *(Diagnóstico Institucional 2026)*.	▪ ≥5 contratos PPP com garantias MIGA e arbitragem CIRDI activos até 2030; AdeM IP como cedente único. ▪ *Blended finance* em 3 camadas: (i) subvenções/donativos bilaterais como fundo de primeira perda; (ii) dívida concessional IFI (IDA, BEI, AFD, KfW); (iii) capital privado comercial atraído pela protecção das camadas anteriores. ▪ GCF/GEF: potencial USD 400–600M; acreditação via MozWIP/GWPSA (2028). ▪ 3 unidades especializadas FIPAAS FP: GCF/FA | PPP/MIGA/CIRDI | *Blended finance* (T3 2027). ▪ Enquadramento regulatório para ~1.800 FPA's e operadores de pequena dimensão; integração no AURAnet. ▪ CAA semestral + roadshows anuais para investidores; «um sector, um Compacto».

CAPÍTULO 3 — Arquitectura de Financiamento e Investimento

3.1 Quadro Indicativo de Financiamento

A despesa pública actual em AAS representa apenas 0,75% do PIB, as tarifas praticadas correspondem a 24,0% da média regional, evidenciando um subfinanciamento estrutural face à necessidade. A estratégia organiza-se em investimento em infraestrutura (Pilares II e III) e investimento institucional e de capacitação (Pilares I, IV e V).

Pilar	Necessidade	Mobilizado	Por Mobilizar	Fontes Prioritárias
I Políticas e Instituições	~16,2M	~7,0M	~9,2M	OE, IDA/BM, KfW, AFD, GCF Readiness
II Recursos Hídricos	~1.767,81 M	284,04	1.543,77 M	GCF, GEF, BM, BAD, PB, KOICA
III Expansão da Cobertura	~2.722,72 M+	~463,47 M	~2.258,51M+	FIPAAS FP, IDA, BEI, AFD, KfW, BAD, Itália
IV Sustentabilidade	~3–7,5M	~0,4M	~2,6–7,1M	OE, IDA/BM (MUWS P178653), receitas UPAAS, SA
V Financiamento Privado	~15,7–53,7M	0	~15,7–53,7M	IFC, MIGA, capital privado, doadores bilaterais
Total	**4.593,75 M**	**703,30 M**	**3.889,58 M**	

3.2 Instrumentos e Modalidades de Mobilização de Recursos

O FIPAAS, FP centraliza a mobilização financeira do sector, capitalizando a experiência fiduciária e de gestão de investimentos herdada do FIPAG. A nova arquitectura institucional, mantendo como prioridade o financiamento público e os donativos, cria simultaneamente as condições para acesso formal a três instrumentos de financiamento até agora inexistentes no sector:

- **Blended finance** com fundo de primeira perda - 3 camadas: subvenções bilaterais + dívida concessional IFI + capital privado comercial.
- **Financiamento climático GCF/GEF/LDCF** — potencial USD 400–600M; acreditação via MozWIP/GWPSA (2028).
- **PPPs com garantias MIGA** — meta: ≥5 contratos em 2030; AdeM IP como cedente único; arbitragem CIRDI.

A prontidão é sequenciada: as 3 unidades especializadas do FIPAAS, FP (T3 2027) e o percurso de *prontidão creditícia* das UPAAS, SA são as condições-chave. Os governos provinciais e municipais participam na programação do investimento através de planos plurianuais celebrados com o FIPAAS, FP.

3.3 Fluxo de Fundos: Arquitectura do FIPAAS FP como Nó Central

FONTES

Financiamento Público

→ OE / Orçamento do Estado

→ IDA, KfW, AFD, BEI, BAD

→ GCF, GEF, LDCF

→ Doadores bilaterais

Financiamento Privado

→ PPP + garantias MIGA/CIRDI

→ Blended finance + Fundo 1ª Perda

→ GCF/GEF (USD 400–600M)

FIPAAS, FP

Nó Central de Mobilização e Programação

Programa de Investimentos do Compacto (PIC)

- Herança: técnicos FIPAG + projectos activos
- 3 unidades especializadas: OE/IFI | GCF/FA | PPP/Blended
- Taxa regulatória 3% → AURAS (mecanismo de clearing)

PRINCÍPIO: planificação conjunta obrigatória

DESTINOS

AdeM, IP

Gestão de activos; suporte técnico às províncias

UPAAS, SA (×10)

Operação + receitas tarifárias

Governos Provinciais/Distritais

Execução rural directa - sem intermediário financeiro

SUPERVISÃO

AURAS. IP

Regulação, tarifas, licenças, RADS

DNGRH Supervisão técnica de normas e qualidade

ARAs Gestão dos Recursos hídricos, licenciamento, bacias hidrigráficas, GCF/MRV

DNAAS

Supervisão técnica de normas e qualidade

3.4 Programa de Investimentos: Desagregação por Província (Pilares II e III)

O programa detalhado de investimentos por Pilar e por Província consta do Anexo 1. O investimento em infraestruturas (Pilares II e III – excluindo a componente Institucional) totaliza ~USD 4.490M necessários, com **~USD 3.802M** a mobilizar. Para a componente rural e de vilas, os fundos fluem directamente do FIPAAS FP para os Governos Provinciais, sem intermediação financeira da AdeM IP.

Província	Necessidade MZN 10^6	Necessidade USD 10^6	Assegurado MZN 10^6	Assegurado USD 10^6	A Mobilizar MZN 10^6	A Mobilizar USD 10^6
Niassa	16.498,60	257,79	2,075,82	32,43	14.422,788	225,36
Cabo Delgado	19.990,45	267,3	6.261,367	97,83	13.729,10	169,50
Nampula	43.807,10	684,49	6.286,61	98,23	37.520,49	586,26
Zambézia	38.834,19	606,78	7.470,00	116,72	31.364,19	490,07
Tete	18.761,90	293,16	534,41	8,35	18.227,50	284,80
Manica	17.888,37	279,51	3.371,41	52,68	14.516,96	226,83
Sofala	23.736,27	341,730	4.128,40	64,51	19.607,86	277,22
Inhambane	15.358,72	239,98	500,48	7,82	14.807,04	231,36
Gaza	16.552,23	258,63	4.005,48	62,59	12.546,75	196,04

Província	Necessidade MZN 10^6	Necessidade USD 10^6	Assegurado MZN 10^6	Assegurado USD 10^6	A Mobilizar MZN 10^6	A Mobilizar USD 10^6
Maputo	69.674,94	1.088,67	9.212,95	143,95	60.461,98	944,72
Transversal (RH)	7.968,19	124,50	153,60	2,40	7.814,59	122,10
Transversal (AAS)	192,00	3,00	0,00	0,00	192,00	3,00
TOTAL	**289.262.94**	**4.490,50**	**44.000,51**	**687,51**	**245.211,24**	**3.802,28**

3.5 Investimento Institucional por Pilar

O investimento em capacitação institucional totaliza ~USD 103M, com **~USD 82M** a mobilizar:

Componente	Orçamento (USD)	Assegurado (USD)	A Mobilizar (USD)
PILAR I — Políticas, Instituições e Regulação			
▸ Operacionalização das Entidades	359.000	350.000	9.000
▸ Mecanismos de Coordenação e Regulação	1.240.000	1.240.000	—
▸ Gestão da Mudança e Conhecimento Institucional	25.600.000	4.000.000	22.600.000
▸ Regulação PPP e Enquadramento de Operadores	1.250.000	650.000	600.000
▸ Transição Institucional e Desenvolvimento AAS	8.600.000	0	8.600.000
SUBTOTAL PILAR I	**37.049.000**	**6.240.000**	**31.809.000**
PILAR II — GRH e Resiliência Climática			
▸ Acreditação e Capacidade Fiduciária Climática	2.700.000	2.700.000	—
▸ Gestão de Projectos e Licenciamento de RH	1.750.000	1.500.000	250.000
SUBTOTAL PILAR II	**4.450.000**	**4.200.000**	**250.000**
PILAR III — Expansão da Cobertura e Qualidade			
▸ Equipas O&M UPAAS, SA — Cobertura Rural e Vilas	485.000	—	485.000
SUBTOTAL PILAR III	**485.000**	**—**	**485.000**
PILAR IV — Sustentabilidade Operacional e Financeira			
▸ Monitorização e Verificação de Desempenho	1.280.000	413.000	867.000
▸ Prontidão Creditícia — Maturidade Financeira UPAAS, SA	6.200.000	5.000.000	1.200.000
SUBTOTAL PILAR IV	**7.480.000**	**5.413.000**	**2.067.000**
PILAR V — Financiamento Privado e Mercado de Capitais			

Componente	Orçamento (USD)	Assegurado (USD)	A Mobilizar (USD)
▸ Capacitação para PPP e Estruturação de Instrumentos	6.200.000	6.200.000	—
▸ Instrumentos de Mercado e Transacções PPP (incluindo Garantias)	47.500.000	—	47.500.000
SUBTOTAL PILAR V	**53.700.000**	**6.200.000**	**47.500.000**
TOTAL GERAL — Capacitação Institucional	**103.164.000**	**22.053.000**	**82.111.000**

CAPÍTULO 4 — Governação, Roadmap, Resultados e Monitoria

4.1 Arquitectura de Governação

A governação mobiliza quatro níveis de responsabilidade. Ao nível central, o **Comité de Acompanhamento (CA)**, presidido pelo Ministro do MOPHRH, supervisiona estrategicamente; a Equipa Executiva e a Comissão Técnica coordenam a implementação; o **CAA semestral** integra os parceiros de desenvolvimento e é distinto da RAC. Ao nível subnacional - e este é um elemento constitutivo da estratégia, não um complemento — os governos provinciais (DOPPHRH), os governos distritais (SDPI) e as autarquias locais têm responsabilidades explícitas de planificação, mobilização de contrapartidas e supervisão dos serviços nos seus territórios.

As UPAAS, SA são responsáveis pela operação técnica e comercial dos sistemas de abastecimento nas cidades e vilas sob regulação da AURAS. As autarquias locais exercem funções de planificação urbana e participam nos planos plurianuais com o FIPAAS FP. As comunidades rurais e os Governos Distritais (SDPI) são os executores de primeiro plano nos programas de água rural e vilas. Os ~1.800 Fornecedores Privados de Água (FPA's) são integrados no AURAnet e enquadrados regulatoriamente pela AURAS.

4.2 Gestão da Economia Política da Reforma

O Governo adopta uma postura de gestão proactiva dos pontos de resistência previsíveis, em três domínios:

Reforma tarifária e protecção dos consumidores. Os aumentos tarifários necessários serão implementados de forma faseada, transparente e com mecanismo de ajustamento automático equilibrado assegurado pela AURAS. O princípio é que a tarifa sobe com a qualidade dos serviços. Os grupos mais vulneráveis beneficiam de tarifas sociais e de ligações subsidiadas.

Reestruturação do pessoal. A transição é gerida pelo Plano de Transição, com o princípio explícito de que nenhum trabalhador perde o emprego por força da reforma. Os técnicos fiduciários do FIPAG são prioritariamente integrados no FIPAAS, FP e na AdeM, IP, com plano de retenção activo durante os primeiros 12 meses.

Entrada do sector privado. O Compacto não impõe a privatização dos serviços. O modelo é de gestão delegada e parceria contratual - o Estado permanece proprietário dos activos através da AdeM IP. A entrada do sector privado é voluntária, competitiva e regulada pela AURAS.

4.3 Roadmap de Implementação

O Roadmap estrutura-se em quatro clusters cronológicos, com indicadores de cumprimento verificáveis:

Pilar	Actividade	Indicador de Cumprimento	Responsável	Prazo
CURTO PRAZO (2026) — EXISTÊNCIA LEGAL				
Pilar I	Estatutos Orgânicos FIPAAS FP e AdeM IP	Publicação no BR; entidades com NIF, conta bancária e mandato operacional	MOPHRH / CM	URGENTE ⚠
Pilar I	Plano de reenquadramento do pessoal das entidades extintas	Plano aprovado e comunicado antes dos Estatutos Orgânicos	MOPHRH / FIPAAS FP	Imediato
CURTO PRAZO (T1 2027) — Operacionalização Sectorial				
Pilar I	Transferência dos contratos AIAS para a AdeM IP	100% contratos transferidos; continuidade documentada	AdeM IP / DNAAS	T1 2027
Pilar I	Clearing FIPAAS FP → AURAS (taxa regulatória 3,0%)	Primeira transferência automática; AURAS confirma recepção	FIPAAS FP / AURAS	T1 2027
Pilar IV	Novo Modelo tarifário com mecanismo de ajustamento automático	Mecanismo de revisão em vigor	MOPHRH / AURAS	T1 2027
Pilar I	Regulamentação Taxa de Água Bruta	Regulamento publicado;	AURAS / DNGRH	T1 2027
Pilar I	Regulamento de Titularidade e Transferência de Activos AAS	Regulamento publicado no BR; clarifica propriedade pública e regime PPP	MOPHRH / AdeM IP	T1 2027
Pilar IV	Contratos-Programa PBC AdeM IP ↔ 10 UPAAS, SA	10 contratos assinados com metas vinculativas	AdeM IP / FIPAAS FP	T1 2027
Pilar I	Planos plurianuais vinculativos FIPAAS FP ↔ Governos Provinciais	Planos assinados com as 10 províncias; dotações incluídas nos OGD 2027	FIPAAS FP / MOPHRH / MEF	T2 2027
MÉDIO PRAZO (T2 2026–T3 2027) — Capacitação Institucional				
Pilar I	Programa AUDA-NEPAD (DNGRH/ARAs em GCF, MRV, fiduciária climática)	Contrato assinado; plano de trabalho aprovado com marcos semestrais	DNGRH / ARAs	T2 2026
Pilar I	Unidade de Supervisão PBC e Unidade de Concessões na AdeM IP	Duas unidades operacionais com quadros recrutados	AdeM IP	T3 2027
Pilar V	3 Unidades especializadas no FIPAAS FP (GCF/FA | PPP/MIGA | Blended)	Três unidades com responsáveis e procedimentos aprovados e a funcionar	FIPAAS FP / AUDA-NEPAD	T3 2027

Pilar	Actividade	Indicador de Cumprimento	Responsável	Prazo
Pilar V	Unidade Regulatória PPP na AURAS (≥2 especialistas)	Unidade operacional; metodologia aprovada	AURAS / AUDA-NEPAD	T3 2027
Pilar IV	AURAnet operacional + auditoria independente de dados de base	AURAnet activo; relatório de auditoria emitido ≥6 meses antes de concursos	AURAS / UPAAS, SA	T3 2027
LONGO PRAZO (2027–2030) — Condições de Mercado				
Pilar IV	Auditorias IPSAS/IFRS nas 3 UPAAS, SA âncora	Dois exercícios auditados disponíveis até 2029; relatórios publicados	UPAAS, SA / FIPAAS FP	2027–2029
Pilar V	Acreditação GCF via MozWIP/GWPSA	Acordo de acreditação assinado; primeiro projecto aprovado pelo GCF	FIPAAS FP / DNGRH	2028
Pilar V	Fundo de Primeira Perda no FIPAAS FP com doadores bilaterais	Fundo capitalizado com ≥2 doadores; primeiro desembolso realizado	FIPAAS FP / Doadores	2028
Pilar IV	Programa de prontidão creditícia para 3 maiores UPAAS, SA	Auditorias IFRS, R/OPEX ≥1,2 e relato ESG verificável	FIPAAS FP / AdeM IP	2028
Pilar V	Primeira classificação de crédito por agência internacional	Rating Moody's/S&P para ≥1 UPAAS, SA	UPAAS, SA / FIPAAS FP	2029
Pilar V	Activação de ≥5 contratos PPP com garantias MIGA	5 contratos em execução com verificação independente semestral	FIPAAS FP / AdeM IP	2030

4.4 Quadro de Indicadores e Resultados

Pilar	Indicador	Base 2026	Meta 2029	Meta 2036	Fonte	Instrumento
I Políticas e Instituições e Regulação	Cobertura regulatória - água urbana e vilas	73,0%	**100,0%**	**100,0%**	RADS AURAS	Modelo Regulatório da AURAS e Contrato de Regulação
	Contratos-Programa PBC celebrados	0	**10**	**10**	AdeM IP	PBC AdeM IP ↔ UPAAS, SA (T1 2027)
	UPAAS, SA com auditoria IPSAS/IFRS	0	**3**	**10**	FIPAAS FP	Prontidão Creditícia - FIPAAS FP
II Recursos Hídricos e Clima	Capacidade de armazenamento ($10^9 m^3$)	59,2	**59,3**	**60,0**	DNGRH/ARAs	Barragens multipropósito - PIC II
	Dias de antecedência do aviso prévio	4	**5**	**7**	DNGRH	Rede hidromet. 333 est.- DNGRH

Pilar	Indicador	Base 2026	Meta 2029	Meta 2036	Fonte	Instrumento
	Escoamento transfronteiriço acordado	30,0%	**32,0%**	**40,0%**	DNGRH	Caudais mínimos ZAMCOM/LIMCOM/BUPUSACOM
III Expansão de Serviços de Água e Saneamento	Cobertura água nacional	62,6%	**68,0%**	**75,0%**	INE/JMP	PIC III — OE + IDA/BM + MUWS
	Cobertura água rural	50,2%	**56,0%**	**65,0%**	INE/JMP	Planos Plurianuais
	Cobertura saneamento nacional	38,2%	**44,0%**	**60,0%**	INE/JMP	Planos Plurianuais
	ASH nas escolas	31,9%	**50,0%**	**100,0%**	INE	Carta Escolar
IV Sustentabilidade	R/OPEX (cobertura de custos)	1,16	**1,25**	**1,30**	RADS	PBC + Modelo tarifário AURAS
	NRW (água não contabilizada)	44,0%	**35,0%**	**25,0%**	RADS	Contrato-Programa AdeM/UPAAS, SA
	Taxa de cobrança de facturas	72,0%	**80,0%**	**90,0%**	RADS	Contrato-Programa AdeM/UPAAS, SA
	Horas de fornecimento/dia	12,7h	**13,7h**	**16,0h**	RADS	Contrato-Programa AdeM/UPAAS, SA
	Sistemas de AAS com plano de gestão de activos activo	0	**3**	**10**	AdeM IP	Planos de gestão de activos AdeM IP
V Financiamento Privado	Contratos PPP activos com MIGA	0	0	**≥ 5**	FIPAAS FP	PPP/MIGA/CIRDI - FIPAAS FP
	Financiamento climático mobilizado	0	Em acreditação	**USD 400–600M**	FIPAAS FP	Acreditação GCF MozWIP + AUDA-NEPAD
	UPAAS, SA com rating internacional	0	**1**	**3**	FIPAAS FP	Prontidão Creditícia - FIPAAS FP

4.5. Gestão de Riscos e Salvaguardas

#	Risco	Prob.	Impacto	Medida de Mitigação
R1	Atraso publicação Estatutos Orgânicos FIPAAS FP e AdeM IP	Alta	Crítico	Tratar como condição de entrada. Plano de reenquadramento deve preceder os Estatutos. Desbloqueia toda a cadeia do Compacto.
R2	Perda de técnicos do FIPAG, da AIAS e do PRONASAR durante a transição	Alta	Crítico	Aprovação em implementação imediata do plano de reenquadramento com ofertas concretas. (*Fonte: Anexo 6 – Preservação do Capital Humano e Institucional 2026*)
R3	Descontinuidade do PRONASAR e dos projectos em curso com financiadores internacionais	Alta	Alto	Reafectação nominal dos técnicos DNAAS/PRONASAR para FIPAAS FP assegurando continuidade técnica e institucional, clarificando os mecanismos de transição e continuidade dos projectos.
R4	AURAS sem capacidade para receber operadores privados qualificados	Média	Alto	Mecanismo de clearing (taxa 3%), unidade PPP e AURAnet como condições prévias a qualquer concurso de concessão.
R5	ARAs sem capacidade fiduciária para GCF/GEF	Média	Alto	Contratualização urgente do programa AUDA-NEPAD. Iniciar no T2 2026.
R6	Perpetuação da assimetria rural/urbano no investimento	Média	Alto	Protocolo de planificação conjunta com regra verificável de 50% mínimo do investimento sectorial para rural, reportado anualmente no RADS.
R7	Instabilidade institucional por excesso de reformas sobrepostas	Baixa	Alto	Compromisso explícito de estabilidade do quadro institucional 2026–2036; sem reorganizações durante a vigência do Compacto.
R8	Governos provinciais e distritais sem capacidade técnica e orçamental	Média	Alto	Programa explícito de capacitação dos DOPPHRH e SDPI; dotações orçamentais para manutenção nos OGD.
R9	Licenciamentos territoriais incompatíveis com protecção hídrica	Média	Médio	Protocolo MOPHRH-MTA reforçando à necessidade de consulta prévia da DNGRH/ARAs em decisões de licenciamento territorial em zonas de protecção hídrica e de recarga de aquíferos. Cartografia de zonas de recarga e de protecção hídrica a integrar nos instrumentos de gestão territorial (PEOT/PPOT) até 2028.

No plano ambiental e social, o Compacto adopta o quadro ESMF alinhado com os padrões do Banco Mundial, incluindo avaliação de impacto, gestão de reassentamento, consulta comunitária e mecanismo de resolução de reclamações acessível a grupos vulneráveis.

4.6. Monitoria, Avaliação e Reporte

Frequência	Instrumento	Produzido por	Submetido a
Trimestral	Relatório operacional UPAAS, SA	UPAAS, SA	AdeM IP
Trimestral	Relatório de execução provincial	DOPPHRH / SDPI / Municípios	FIPAAS FP / DNAAS
Semestral	Relatório de progresso do Compacto	Equipa Executiva	Comissão Técnica + CAA
Anual	RADS (Relatório Anual de Desempenho)	DNAAS e AURAS	RAC + Parceiros
Anual	Relatório Anual do ProÁguaS	Equipa Executiva	CA + Parceiros
Meio-termo (2030)	**Revisão independente**	**Avaliador externo**	**CA + Governo**
Final (2036)	**Avaliação final**	**Avaliador externo**	**CA + Parceiros**

A revisão desta estratégia realiza-se anualmente na RAC e é objecto de avaliação independente de meio-termo em 2030 e de avaliação final em 2036. Revisão extraordinária pode ser desencadeada por alterações macroeconómicas significativas, nova legislação relevante ou incumprimento de condições críticas do Roteiro por dois trimestres consecutivos.

4.7 Quadro Lógico de Resultados

(Pilares I, IV e V)

Hierarquia de Resultados	Indicadores	Linha de Base	Meta	Fonte de Verificação	Pressupostos / Riscos
Pilar I - Políticas, Instituições e Regulação					
Impacto / Objectivo de Desenvolvimento Sector AAS com quadro institucional operacional, juridicamente sustentado e atractivo ao investimento externo	% do investimento sectorial canalizado através do FIPAAS FP / AdeM IP Nº de financiadores com contratos activos com FIPAAS / AdeM	0/6 instrumentos aprovados (2026) 0 contratos com financiadores nas novas entidades	6/6 instrumentos aprovados (2027) ≥3 financiadores com contratos activos (2031)	Boletim da República RADS AURAS Base de dados contratos FIPAAS	Estabilidade política institucional Dotação orçamental para operacionalização das novas entidades
Outcome / Resultado Intermédio - FIPAAS, AdeM e UPAAS operacionais com mandatos clarificados e relações institucionais formalizadas - Integração dos quadros no FIPAAS, AdeM e UPAAS sem disrupção	% de instrumentos de governação aprovados e em vigor Nº de UPAAS com contrato de gestão delegada AdeM→UPAAS assinado	Estatutos pendentes (prazo expirado Fev. 2026) 0 contratos de delegação AdeM→UPAAS	100,0% instrumentos aprovados (2027) 10/10 UPAAS com contrato de delegação (2028)	Boletim da República Relatórios Comissão Técnica Interministerial RADS AURAS	Aprovação tempestiva pelo MAEFP Retenção dos quadros técnicos das entidades extintas (FIPAG/AIAS/PRONASAR) durante a transição; cooperação activa na transferência de activos e contratos
Outputs / Produtos - Estatutos Orgânicos do FIPAAS e da AdeM - Directiva Ministerial Transitória - Mecanismo delegação AdeM→UPAAS definido nos Estatutos e Regulamento Interno - Mecanismo de delegação UPAAS→Operadores defenidos em instrumentos aprovados - IDER universal implementado (AURAS) - Planos de gestão da mudança implementado por instituições (FIPAAS, AdeM e UPAAS)	Data de publicação no BR Nº de UPAAS com contrato de delegação vigente Nº de sistemas cobertos pelo IDER	Nenhum output aprovado (2026)	Estatutos: Q3 2026 Directiva: Q2 2026 10 contratos de delegação: 2028 IDER: +5 800 sistemas (2031)	Boletim da República RADS AURAS Relatórios Comissão Técnica	Assistência técnica jurídica disponível Capacidade interna da AURAS para expansão regulatória

Hierarquia de Resultados	Indicadores	Linha de Base	Meta	Fonte de Verificação	Pressupostos / Riscos
Actividades 1. Aprovação da Directiva Ministerial Transitória 2. Aprovação dos Estatutos Orgânicos FIPAAS/AdeM e Quadros de Pessoal 3. Definição do mecanismo de delegação AdeM→UPAAS 4. Definição do mecanismo de delegação UPAAS→-Operadores 5. Extensão regulação AURAS + implementação IDER universal 6. Elaboração do Programa de Gestão de Mudança	Nº de marcos do Plano de Transição concluídos (de 22 previstos)	—	Conforme Plano de Transição (Meses 1–12) IDER universal: 2031	Relatórios mensais Comissão Técnica Interministerial RADS AURAS	Disponibilidade financeira para consultoria jurídica e gestão da mudança Compromisso político das tutelas sectoriais Contratação de consultorias especializadas em questões legais e em gestão da mudança
Pilar IV — Sustentabilidade Operacional e Financeira					
Impacto / Objectivo de Desenvolvimento Sector AAS financeiramente viável, com operadores urbanos a cobrir OPEX e a servir dívida de investimento	R/OPEX médio dos operadores urbanos principais NRW médio nacional	R/OPEX médio ≈ 1.16 () NRW médio 44,0% (2026)	R/OPEX ≥ 1,25 (2029) e 1,30 (2036) NRW médio ≤ 35,0% (2029) e 25,0% (2036)	RADS - AURAS	Estabilidade macroeconómica Ajustamentos tarifários aprovados pelo regulador sem reversão por razões políticas
Outcome / Resultado Intermédio UPAAS provinciais com desempenho financeiro e operacional mensuráveis e em melhoria progressiva	Nº de UPAAS com R/OPEX ≥ 1,0 % de UPAAS com plano de redução de NRW aprovado e em implementação	0 UPAAS operacionais (2026; entidades em criação) NRW 44,0% nos ROCs existentes (2026)	≥7/10 UPAAS com R/OPEX ≥ 1,0 (2031) 10/10 UPAAS com plano NRW em implementação (2028)	RADS AURAS Relatórios AdeM Contratos PBC/PBF	Transição ROC→UPAAS sem ruptura operacional Aprovação de ajustamentos tarifários pela AURAS Retenção de quadros técnicos especializados
Outputs / Produtos - Contratos PBC/PBF nos sistemas urbanos principais - Programa de redução de NRW - Modelo tarifário revisto e publicado (AURAS)	Nº de contratos PBC/PBF assinados Redução de NRW (%) TMR com indexação automática aprovada pela	0 contratos PBC/PBF (2026) TMR sem indexação simétrica Academia no FIPAG	≥5 sistemas principais com PBC/PBF (2029); todos os sistemas (2032) NRW: menos 15,0% (2031)	Resoluções tarifárias AURAS Relatórios AdeM RADS	Aprovação regulatória tempestiva Capacidade técnica de medição de NRW

Hierarquia de Resultados	Indicadores	Linha de Base	Meta	Fonte de Verificação	Pressupostos / Riscos
- Academia de Competências transferida para FIPAAS/AdeM	AURAS (S/N); variação anual face à inflação (%) Academia operacional no FIPAAS/AdeM		Revisão tarifária aprovada (2027) Academia transferida (2027)		
Actividades 1. Revisão do modelo tarifário (indexação simétrica; tarifa social) 2. Transferência da Academia de Competências FIPAG para FIPAAS/AdeM 3. Transição ROC→POC com contratos PBC/PBF vinculados a metas 4. Programa de redução de NRW; introdução de split CAPEX/OPEX	% contratos PBC/PBF negociados Nº de sistemas com medição activa de NRW Data publicação revisão tarifária	—	PBC/PBF: 2027–2029 Programa NRW: 2027–2031 Revisão tarifária: 2027 Academia: 2027	Relatórios AdeM Resoluções AURAS Relatórios trimestrais FIPAAS	Capacidade de negociação contratual Disponibilidade de consultoria técnica especializada
Pilar V- Financiamento Privado					
Impacto / Objectivo de Desenvolvimento Redução estrutural da dependência de financiamento público; Moçambique posicionado como destino de financiamento climático e privado para o sector da água	% de financiamento externo não público no investimento sectorial total	~0% financiamento não público (2026) FIPAAS sem acreditação ou rating	≥20,0% financiamento não público (2036) Acreditação GCF obtida (2030)	Relatórios FIPAAS Relatórios GCF MEF — Conta Geral do Estado	Estabilidade macroeconómica e fiscal Contexto internacional favorável a blended finance Qualidade das demonstrações financeiras FIPAAS (IPSAS)
Outcome / Resultado Intermédio FIPAAS operacional como plataforma de captação e gestão de financiamento público, climático e privado	Nº de instrumentos de *blended finance* estruturados Volume de capital privado mobilizado (USD M)	FIPAAS recém-criado sem portfólio (2026)	≥3 instrumentos blended finance (2032) ≥USD 100M capital privado mobilizado (2036)	Relatórios FIPAAS Base de dados MDB Relatórios GCF	Qualidade das demonstrações financeiras FIPAAS (IPSAS) Apoio técnico BM / IFC disponível

Hierarquia de Resultados	Indicadores	Linha de Base	Meta	Fonte de Verificação	Pressupostos / Riscos
Outputs / Produtos - Portfólio de projectos bancáveis (TIR, VAL, DSCR) - Quadro PPP e garantias MIGA/WBG operacionais - FIPAAS integrado em plataformas MDB (Mission Water, AUDA-NEPAD) - Acreditação GCF / FA e sistema MRV sectoria	Data acreditação GCF Nº projectos bancáveis Nº garantias emitidas Nº plataformas MDB integradas	0 em todas as categorias (2026)	≥5 projectos bankable (2031) ≥1 garantia MIGA (2032) Integração Mission Water (2028)	GCF Base de dados MIGA Relatórios FIPAAS WBG WSIP	Capacidade de reporte financeiro auditado Assistência técnica para desenvolvimento de projectos
Actividades 1 - Estruturação de portfólio de projectos bancáveis 2 - Desenvolvimento de portefólio de PPP, instrumentos *blended finance* e activação de garantias MIGA/WBG. 3 – Estabelecimento de Fundo de Primeira Perda 4 – Mobilização do FIPAAS nas plataformas MDB (Mission Water, AUDA-NEPAD) 5 -. Acreditação FIPAAS junto do GCF / FA; desenvolvimento sistema MRV sectorial 6 – Capacitação da AURAS para regulação e supervisão de PPPs (unidade especializada + metodologia aprovada)	Nº projectos em estruturação Nº negociações de garantia iniciadas Nº de marcos de acreditação concluídos; USD M no Fundo de Primeira Perda; Nº de doadores bilaterais comprometidos	—	*Blended finance*: 2028–2031 Garantias MIGA: 2030–2032 Projectos implementados de acordo com o programa e investimentos 5 PPPs até 2030 Mission Water: 2027–2028 Acreditação GCF: 2028–2030	Relatórios FIPAAS; GCF; WBG; MIGA	Capacitação das instituições do sector em PPPs e estruturação de instrumentos de financiamento Disponibilidade financeira para consultoria de acesso a fundos climáticos Compromisso político de alto nível nas PPPs

Anexos

Referência	Documento
Anexo 1	Programa de Investimentos por Pilar e por Província
Anexo 2	Arquitectura de Financiamento e Modelos de Mobilização de Recursos
Anexo 3	Quadro Lógico de Resultados (LogFrame)
Anexo 4	Fichas Informativas de Nível Provincial (10 Províncias)
Anexo 5	Condições Institucionais e Responsabilidades para Implementação do Compacto
Anexo 6	Preservação do Capital Humano e Institucional
Anexo 7	Alinhamento com Políticas Nacionais e Legislação Sectorial

Nota:

Os Anexos 2 a 7 constituem documentos técnicos de suporte ao Compacto e são apresentados em volume separado.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS
ProÁguaS

COMPACTO NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA
"Água para o Futuro Sustentável de Moçambique"
Organizador
Parceiros
Patrocinadores

Annexes

Reference	Document
Annex 1	Investment Programme by Pillar and Province
Annex 2	Financing Architecture and Resource Mobilisation Models
Annex 3	Logical Results Framework (LogFrame)
Annex 4	Provincial Information Sheets (10 Provinces)
Annex 5	Institutional Conditions and Responsibilities for Compact Implementation
Annex 6	Preservation of Human and Institutional Capital
Annex 7	Alignment with National Policies and Sector Legislation

Note: The Annexes 2 to 7 are technical support documents to the Compact and are presented in a separate volume.

Results Hierarchy	Indicators	Baseline	Target	Verification Source	Assumptions / Risks
– GCF / AF accreditation and sectoral MRV system					
Activities **1.** Structuring of a bankable project portfolio **2.** Development of PPP portfolio, blended finance instruments and activation of MIGA/WBG guarantees **3.** Establishment of a First-Loss Fund **4.** Mobilisation of FIPAAS on MDB platforms (Mission Water, AUDA-NEPAD) **5.** FIPAAS accreditation with GCF / AF; development of sectoral MRV system **6.** Capacity-building of AURAS for PPP regulation and supervision (specialised unit + approved methodology)	No. of projects under structuring No. of guarantee negotiations initiated No. of accreditation milestones completed; USD M in First-Loss Fund; No. of committed bilateral donors	—	Blended finance: 2028–2031 MIGA guarantees: 2030–2032 Projects implemented per programme and investments 5 PPPs by 2030 Mission Water: 2027–2028 GCF accreditation: 2028–2030	FIPAAS Reports GCF; WBG; MIGA	Capacity-building of sector institutions in PPPs and financing instrument structuring Financial availability for consultancy on access to climate funds High-level political commitment on PPPs

Results Hierarchy	Indicators	Baseline	Target	Verification Source	Assumptions / Risks
	Skills Academy operational at FIPAAS/AdeM		Academy transferred (2027)		
Activities **1.** Revision of the tariff model (symmetric indexation; social tariff) **2.** Transfer of FIPAG Skills Academy to FIPAAS/AdeM **3.** ROC→POC transition with PBC/PBF contracts linked to targets **4.** NRW reduction programme; introduction of CAPEX/OPEX split	% PBC/PBF contracts negotiated No. of systems with active NRW measurement Tariff review publication date	—	PBC/PBF: 2027–2029 NRW programme: 2027–2031 Tariff review: 2027 Academy: 2027	AdeM Reports AURAS Resolutions FIPAAS quarterly reports	Contractual negotiation capacity Availability of specialised technical consultancy
Pillar V- Private Financing					
Impact / Development Objective Structural reduction of dependence on public financing; Mozambique positioned as a destination for climate and private financing for the water sector	% of non-public external financing in total sector investment	~0% non-public financing (2026) FIPAAS without accreditation or rating	≥20.0% non-public financing (2036) GCF accreditation obtained (2030)	FIPAAS Reports GCF Reports MEF — General State Account	Macroeconomic and fiscal stability International context favourable to blended finance Quality of FIPAAS financial statements (IPSAS)
Outcome / Intermediate Result FIPAAS operational as a platform for mobilising and managing public, climate and private financing	No. of structured blended finance instruments Volume of private capital mobilised (USD M)	FIPAAS newly created without portfolio (2026)	≥3 blended finance instruments (2032) ≥USD 100M private capital mobilised (2036)	FIPAAS Reports MDB database GCF Reports	Quality of FIPAAS financial statements (IPSAS) World Bank / IFC technical support available
Outputs / Products – Portfolio of bankable projects (IRR, NPV, DSCR) – PPP framework and MIGA/WBG guarantees operational – FIPAAS integrated into MDB platforms (Mission Water, AUDA-NEPAD)	GCF accreditation date No. of bankable projects No. of guarantees issued No. of MDB platforms integrated	0 in all categories (2026)	≥5 bankable projects (2031) ≥1 MIGA guarantee (2032) Mission Water integration (2028)	GCF MIGA database FIPAAS Reports WBG WSIP	Audited financial reporting capacity Technical assistance for project development

Results Hierarchy	Indicators	Baseline	Target	Verification Source	Assumptions / Risks
Activities 1. Approval of the Transitional Ministerial Directive 2. Approval of FIPAAS/AdeM Organic Statutes and Staffing Frameworks 3. Definition of the AdeM→ UPAAS delegation mechanism 4. Definition of the UPAAS→ Operators delegation mechanism 5. Extension of AURAS regulation + implementation of universal IDER 6. Development of the Change Management Programme	No. of Transition Plan milestones completed (of 22 planned)	—	Per Transition Plan (Months 1–12) Universal IDER: 2031	Monthly reports – Inter-ministerial Technical Commission RADS AURAS	Financial availability for legal consultancy and change management Political commitment from sectoral line ministries Procurement of specialised consultancies in legal and change management issues
Pillar IV — Operational and Financial Sustainability					
Impact / Development Objective Financially viable WSS sector, with urban operators covering OPEX and servicing investment debt	Average R/OPEX of main urban operators Average national NRW	Average R/OPEX ≈ 1.16 (2026) Average NRW 44.0% (2026)	R/OPEX ≥ 1.25 (2029) and 1.30 (2036) Average NRW ≤ 35.0% (2029) and 25.0% (2036)	RADS – AURAS	Macroeconomic stability Tariff adjustments approved by regulator without reversal for political reasons
Outcome / Intermediate Result Provincial UPAAS with measurable and progressively improving financial and operational performance	No. of UPAAS with R/OPEX ≥ 1.0 % of UPAAS with NRW reduction plan approved and under implementation	0 UPAAS operational (2026; entities being created) NRW 44.0% in existing ROCs (2026)	≥7/10 UPAAS with R/OPEX ≥ 1.0 (2031) 10/10 UPAAS with NRW plan under implementation (2028)	RADS AURAS AdeM Reports PBC/PBF contracts	ROC→UPAAS transition without operational disruption Approval of tariff adjustments by AURAS Retention of specialised technical staff
Outputs / Products – PBC/PBF contracts in main urban systems – NRW reduction programme – Revised and published tariff model (AURAS) – Skills Academy transferred to FIPAAS/AdeM	No. of PBC/PBF contracts signed NRW reduction (%) MTR with automatic indexation approved by AURAS (Y/N); annual variation vs inflation (%)	0 PBC/PBF contracts (2026) MTR without symmetric indexation Academy at FIPAG	≥5 main systems with PBC/PBF (2029); all systems (2032) NRW: minus 15.0% (2031) Tariff review approved (2027)	AURAS tariff resolutions AdeM Reports RADS	Timely regulatory approval Technical capacity for NRW measurement

4.7 Logical Results Framework

(Pillars I, IV and V)

Results Hierarchy	Indicators	Baseline	Target	Verification Source	Assumptions / Risks
Pillar I - Policies, Institutions and Regulation					
Impact / Development Objective WSS sector with an operational institutional framework, legally grounded and attractive to external investment	% of sector investment channelled through FIPAAS FP / AdeM IP No. of financiers with active contracts with FIPAAS / AdeM	0/6 instruments approved (2026) 0 contracts with financiers in new entities	6/6 instruments approved (2027) ≥3 financiers with active contracts (2031)	Official Gazette RADS AURAS FIPAAS contracts database	Institutional political stability Budget allocation for operationalising new entities
Outcome / Intermediate Result – FIPAAS, AdeM and UPAAS operational with clarified mandates and formalised institutional relationships – Integration of staff into FIPAAS, AdeM and UPAAS without disruption	% of governance instruments approved and enforced No. of UPAAS with signed AdeM→UPAAS delegated management contract	Statutes pending (deadline expired Feb. 2026) 0 AdeM→UPAAS delegation contracts	100,0% instruments approved (2027) 10/10 UPAAS with delegation contract (2028)	Official Gazette Inter-ministerial Technical Commission Reports RADS AURAS	Timely approval by MAEFP Retention of technical staff from dissolved entities (FIPAG/AIAS/PRONASAR) during transition; active cooperation in transfer of assets and contracts
Outputs / Products – Organic Statutes of FIPAAS and AdeM – Transitional Ministerial Directive – AdeM→ UPAAS delegation mechanism defined in Statutes and Internal Regulations – UPAAS→ Operators delegation mechanism defined in approved instruments – Universal IDER implemented (AURAS) – Change management plans implemented by institutions (FIPAAS, AdeM and UPAAS)	Publication date in Official Gazette No. of UPAAS with active delegation contract No. of systems covered by IDER	No output approved (2026)	Statutes: Q3 2026 Directive: Q2 2026 10 delegation contracts: 2028 IDER: +5,800 systems (2031)	Official Gazette RADS AURAS Technical Commission Reports	Legal technical assistance available Internal AURAS capacity for regulatory expansion

On the environmental and social front, the Compact adopts the ESMF framework aligned with World Bank standards, including impact assessment, resettlement management, community consultation and a grievance redress mechanism accessible to vulnerable groups.

4.6 Monitoring, Evaluation and Reporting

Frequency	Instrument	Produced by	Submitted to
Quarterly	UPAAS SA operational report	UPAAS SA	AdeM IP
Quarterly	Provincial implementation report	DOPPHRH / SDPI / Municipalities	FIPAAS FP / DNAAS
Biannual	Compact progress report	Executive Team	Technical Commission + EMC
Annual	RADS (Annual Performance Report)	DNAAS and AURAS	JAM + Partners
Annual	ProÁguaS Annual Report	Executive Team	MC + Partners
Mid-term (2030)	**Independent review**	**External evaluator**	**MC + Government**
Final (2036)	**Final evaluation**	**External evaluator**	**MC + Partners**

This strategy is reviewed annually at the JAM and is subject to an independent mid-term evaluation in 2030 and a final evaluation in 2036. An extraordinary review may be triggered by significant macroeconomic and State Budget changes, relevant new legislation or failure to meet critical Roadmap conditions for two consecutive quarters.

4.5 Risk Management and Safeguards

#	Risk	Prob.	Impact	Mitigation Measure
R1	Delay in publishing Organic Statutes of FIPAAS FP and AdeM IP	High	Critical	Treat as an entry condition. Redeployment plan must precede the Statutes. Unlocks the entire Compact chain.
R2	Loss of FIPAG, AIAS and PRONASAR technicians during the transition	High	Critical	Immediate approval and implementation of the redeployment plan with concrete offers. *(Source: Annex 6 – Preservation of Human and Institutional Capital 2026)*
R3	Discontinuity of PRONASAR and ongoing projects financed by international partners.	High	High	Integration of DNAAS/PRONASAR technical staff into FIPAAS FP to ensure technical and institutional continuity, including clear transition and project continuity arrangements.
R4	AURAS without capacity to accommodate qualified private operators	Medium	High	Clearing mechanism (3,0% fee), PPP unit and AURAnet as pre-conditions for any concession tender.
R5	ARAs without fiduciary capacity for GCF/GEF	Medium	High	Urgent contracting of the AUDA-NEPAD programme. Start in Q2 2026.
R6	Perpetuation of rural/urban investment asymmetry	Medium	High	Joint planning protocol with a verifiable rule of minimum 50,0% of sector investment for rural areas, reported annually in the RADS.
R7	Institutional instability due to overlapping reforms	Low	High	Explicit commitment to institutional framework stability 2026-2036; no rearrangements during the Compact's validity.
R8	Provincial and district governments without technical and budgetary capacity	Medium	High	Explicit capacity building programme for DOPPHRH and SDPI; budget allocations for maintenance in district budgets.
R9	Territorial licensing incompatible with water protection	Medium	Medium	MOPHRH-MTA protocol requiring prior consultation of DNGRH/ARAs in classified zones.

Pillar	Indicator	Baseline 2026	Target 2029	Target 2036	Source	Instrument
II Water Resources and Climate	Storage capacity ($10^9 m^3$)	59.2	**59.3**	**60.0**	DNGRH/ARAs	Multiuse Dams - PIC II
	Early warning lead days	4	**5**	**7**	DNGRH	Hydro meteorological Network 333 stations.- DNGRH
	Agreed transboundary runoff	30.0%	**32.0%**	**40.0%**	DNGRH	Minimum flows ZAMCOM/LIMCOM/BUPUSACOM
III Expansion of Water and Sanitation Services	National water coverage	62.6%	**68.0%**	**75.0%**	INE/JMP	PIC III — OE + IDA/WB + MUWS
	Rural water coverage	50.2%	**56.0%**	**65.0%**	INE/JMP	Multi-year Investment Plans
	National sanitation coverage	38.2%	**44.0%**	**60.0%**	INE/JMP	Multi-year Investment Plans
	WASH in schools	31.9%	**50.0%**	**100.0%**	MINED	School Letter
IV Sustainability	R/OPEX (cost coverage)	1.16	**1.25**	**1.30**	RADS	PBC + AURAS Tariff Model
	NRW (non-revenue water)	44.0%	**35.0%**	**25.0%**	RADS	Performance Contract AdeM/UPAAS, SA
	Bill collection rate	72.0%	**80.0%**	**90.0%**	RADS	Performance Contract AdeM/UPAAS, SA
	Supply hours/day	12.7h	**13.7h**	**16.0h**	RADS	Performance Contract AdeM/UPAAS, SA
	Water and Sanitation Schemes with active asset management plan	0	3	10	AdeM IP	Asset Management Plans AdeM IP
V Private Financing	Active PPP contracts with MIGA	0	0	**≥ 5**	FIPAAS FP	PPP/MIGA/ICSID - FIPAAS FP
	Climate finance mobilised	0	In accreditation	**USD 400–600M**	FIPAAS FP	GCF MozWIP + AUDA-NEPAD Accreditation
	UPAAS SA with international rating	0	**1**	**3**	FIPAAS FP	Creditworthiness FIPAAS FP

Pillar	Activity	Compliance Indicator	Responsible Party	Deadline
Pillar V	3 Specialised units at FIPAAS FP (GCF/AF | PPP/MIGA | Blended)	Three units with designated leads and approved procedures operational	FIPAAS FP / AUDA-NEPAD	**Q3 2027**
Pillar V	PPP Regulatory Unit at AURAS (≥2 specialists)	Unit operational; methodology approved	AURAS / AUDA-NEPAD	**Q3 2027**
Pillar IV	AURAnet operational + independent baseline data audit	AURAnet active; audit report issued ≥6 months before any concession tender	AURAS / UPAAS SA	**Q3 2027**
LONG TERM (2027–2030) — Market Conditions				
Pillar IV	IPSAS/IFRS audits in the 3 anchor UPAAS SA	Two audited financial years available by 2029; reports published	UPAAS SA / FIPAAS FP	**2027–2029**
Pillar V	GCF accreditation via MozWIP/GWPSA	Accreditation agreement signed; first project approved by GCF	FIPAAS FP / DNGRH	**2028**
Pillar V	First-Loss Fund at FIPAAS FP with bilateral donors	Fund capitalised with ≥2 donors; first disbursement made	FIPAAS FP / Donors	**2028**
Pillar IV	Creditworthiness programme for the 3 largest UPAAS SA	IFRS audits, R/OPEX ≥1.2 and verifiable ESG reporting	FIPAAS FP / AdeM IP	**2028**
Pillar V	First credit rating by an international agency	Rating Moody's/S&P to ≥1 UPAAS SA	UPAAS SA / FIPAAS FP	**2029**
Pillar V	Activation of ≥5 PPP contracts with MIGA guarantees	5 contracts in execution with biannual independent verification	FIPAAS FP / AdeM IP	**2030**

4.4 Results Framework and Indicators

Pillar	Indicator	Baseline 2026	Target 2029	Target 2036	Source	Instrument
I Policies, Institutions and Regulation	Regulatory coverage - urban water and towns	73,0%	**100,0%**	**100,0%**	RADS AURAS	AURAS Regulatory Model and Regulation Contract
	PBC Programme Contracts concluded	0	**10**	**10**	AdeM IP	PBC AdeM IP ↔ UPAAS SA (T1 2027)
	UPAAS SA with IPSAS/IFRS audit	0	**3**	**10**	FIPAAS FP	Creditworthiness – FIPAAS FP

4.3 Implementation Roadmap

The Roadmap is structured around four chronological clusters, with verifiable compliance indicators:

Pillar	Activity	Compliance Indicator	Responsible Party	Deadline
SHORT TERM (2026) — Legal Establishment				
Pillar I	Organic Statutes of FIPAAS FP and AdeM IP	Publication in the Official Gazette; entities with tax ID, bank account and operational mandate	MOPHRH / CM	**URGENT ⚠**
Pillar I	Redeployment plan for staff of dissolved entities	Plan approved and communicated before the Organic Statutes	MOPHRH / FIPAAS FP	**Immediate**
SHORT TERM (Q1 2027) — Sector Operationalisation				
Pillar I	Transfer of AIAS contracts to AdeM IP	100,0% of contracts transferred; continuity documented	AdeM IP / DNAAS	**Q1 2027**
Pillar I	FIPAAS FP → AURAS clearing (3,0% regulatory fee)	First automatic transfer; AURAS confirms receipt	FIPAAS FP / AURAS	**Q1 2027**
Pillar IV	New tariff model with automatic adjustment mechanism	Review mechanism in force	MOPHRH / AURAS	**Q1 2027**
Pillar I	Raw Water Levy Regulation	Regulation published;	AURAS / DNGRH	**Q1 2027**
Pillar I	WSS Asset Ownership and Transfer Regulation	Regulation published in the Official Gazette; public ownership and PPP regime clarified	MOPHRH / AdeM IP	**Q1 2027**
Pillar IV	PBC Programme Contracts AdeM IP ↔ 10 UPAAS SA	10 contracts signed with binding targets	AdeM IP / FIPAAS FP	**Q1 2027**
Pillar I	Binding multi-year plans FIPAAS FP ↔ Provincial Governments	Plans signed with all 10 provinces; allocations included in the 2027 district budgets	FIPAAS FP / MOPHRH / MEF	**Q2 2027**
MEDIUM TERM (Q2 2026–Q3 2027) — Institutional Capacity Building				
Pillar I	AUDA-NEPAD Programme (DNGRH/ARAs in GCF, MRV, climate fiduciary capacity)	Contract signed; work plan approved with biannual milestones	DNGRH / ARAs	**Q2 2026**
Pillar I	PBC Supervision Unit and Concessions Unit at AdeM IP	Two operational units with recruited staff	AdeM IP	**Q3 2027**

CHAPTER 4 - Governance, Roadmap, Results and Monitoring

4.1 Governance Architecture

Governance mobilises four levels of responsibility. At the central level, the **Monitoring Committee (MC)**, chaired by the MOPHRH Minister, provides strategic oversight; the Executive Team and Technical Committee coordinate implementation; the **biannual EMC** integrates development partners and is distinct from the JAM. At the sub-national level - and this is a constitutive element of the strategy, not a complement - provincial governments (DOPPHRH), district governments (SDPI) and local authorities have explicit responsibilities for planning, mobilising counterparts and service oversight in their territories.

The UPAAS SA are responsible for the technical and commercial operation of supply systems in cities and towns under AURAS regulation. Local municipalities carry out urban planning functions and participate in multi-year plans with FIPAAS FP. Rural communities and District Governments (SDPI) are the front-line implementers in rural water and town programmes. The ~1,800 Private Water Providers (PWPs) are integrated into AURAnet and regulated by AURAS.

4.2 Managing the Political Economy of the Reform

The Government adopts a proactive management approach to foreseeable resistance points, in three domains:

Tariff reform and consumer protection. The necessary tariff increases will be implemented in a phased, transparent manner and with a balanced automatic adjustment mechanism ensured by AURAS. The principle is that tariffs increase in line with service quality improvements. The most vulnerable groups benefit from social tariffs and subsidised connections.

Staff restructuring. The transition is managed through the Transition Plan, with the explicit principle that no worker loses their job as a result of the reform. FIPAG fiduciary technicians are prioritised for integration into FIPAAS FP and AdeM IP, with an active retention plan during the first 12 months.

Private sector entry. The Compact does not impose privatisation of services. The model is one of delegated management and contractual partnership - the State remains the asset owner through AdeM IP. Private sector entry is voluntary, competitive and regulated by AURAS.

Component	Budget (USD)	Secured (USD)	To be Mobilised (USD)
▸ Market Instruments and PPP Transactions (including Guarantees)	47,500,000	-	47,500,000
SUBTOTAL PILLAR V	**53,700,000**	**6,200,000**	**47,500,000**
GRAND TOTAL - Institutional Capacity Building	**103,164,000**	**22,053,000**	**82,111,000**

Province	Need MZN 10^6	Need USD 10^6	Secured MZN 10^6	Secured USD 10^6	To Mobilise MZN 10^6	To Mobilise USD 10^6
Cross-Cutting (WSS)	192.00	3.00	0.00	0.00	192.00	3.00
TOTAL	**289,262.94**	**4,490.50**	**44,000.51**	**687.51**	**245,211.24**	**3,802.28**

3.5 Institutional Investment by Pillar

The institutional capacity building investment totals ~USD 103M, with ~**USD 82M** to be mobilised:

Component	Budget (USD)	Secured (USD)	To be Mobilised (USD)
PILLAR I - Policies, Institutions and Regulation			
▸ Establishment of Entities	359,000	350,000	9,000
▸ Coordination and Regulation Mechanisms	1,240,000	1,240,000	—
▸ Change Management and Institutional Knowledge	25,600,000	4,000,000	22,600,000
▸ PPP Regulation and Operator Framework	1,250,000	650,000	600,000
▸ Institutional Transition and WSS Development	8,600,000	0	8,600,000
SUBTOTAL PILLAR I	**37,049,000**	**6,240,000**	**31,809,000**
PILLAR II - WRM and Climate Resilience			
▸ Climate Finance Accreditation and Fiduciary Capacity	2,700,000	2,700,000	-
▸ Project Management and Water Resources Licensing	1,750,000	1,500,000	250,000
SUBTOTAL PILLAR II	**4,450,000**	**4,200,000**	**250,000**
PILLAR III - Coverage and Quality Expansion			
▸ O&M UPAAS SA Teams - Rural Coverage and Villages	485,000	-	485,000
SUBTOTAL PILLAR III	**485,000**	-	**485,000**
PILLAR IV - Operational and Financial Sustainability			
▸ Performance Monitoring and Verification	1,280,000	413,000	867,000
▸ Creditworthiness - Financial Maturity of UPAAS SA	6,200,000	5,000,000	1,200,000
SUBTOTAL PILLAR IV	**7,480,000**	**5,413,000**	**2,067,000**
PILLAR V - Private Financing and Capital Markets			
▸ PPP Capacity Building and Instrument Structuring	6,200,000	6,200,000	-

3.3 Flow of Funds - FIPAAS FP's Architecture as a Central Node

SOURCES	FIPAAS FP	RECIPIENTS	OVERSIGHT
Public Financing → State Budget → IDA, KfW, AFD, EIB, ADB → GCF, GEF, LDCF → Bilateral donors **Private Financing** → PPP + MIGA/ICSID guarantees → Blended finance + First-Loss Fund → GCF/GEF (USD 400–600M)	Central Mobilisation and Programming Node **Compact Investment Programme (CIP)** ‣ Heritage: FIPAG technicians + active projects ‣ 3 specialised units: SB/IFI | GCF/AF | PPP/Blended ‣ 3,0% regulatory fee → AURAS (clearing mechanism) **PRINCIPLE: mandatory joint planning**	**AdeM IP** Asset management; technical support to provinces **UPAAS SA (×10)** Operation + tariff revenues **Provincial/District Governments** Direct rural implementation — without financial intermediary	**AURAS** Regulation, tariffs, licences, RADS **DNGRH** Technical supervision of standards and quality for Water Resources **ARAs** Water resources management, licensing, river basins, GCF/MRV **DNAAS** Technical supervision of standards and quality for WASH

3.4 Investment Programme — Provincial Breakdown (Pillars II and III)

The detailed investment programme by Pillar and by Province is set out in Annex 1. Infrastructure investment (Pillars II and III) - excluding the Institutional component) totals ~USD 4,490M needed, with **~USD 3,802M** to be mobilised. For the rural and peri-urban components, funds flow directly from FIPAAS FP to Provincial Governments, without financial intermediation by AdeM IP.

Province	Need MZN 10^6	Need USD 10^6	Secured MZN 10^6	Secured USD 10^6	To Mobilise MZN 10^6	To Mobilise USD 10^6
Niassa	16,498.60	257.79	2,075.82	32.43	14,422,788	225.36
Cabo Delgado	19,990.45	267.33	6,261.367	97.83	13,729.10	169.50
Nampula	43,807.10	684.49	6,286.61	98.23	37,520.49	586.26
Zambézia	38,834.19	606.78	7,470.00	116.72	31,364.19	490.07
Tete	18,761.90	293.16	534.41	8.35	18,227.50	284.80
Manica	17,888.37	279.51	3,371.41	52.68	14,516.96	226.83
Sofala	23,736.27	341.730	4,128.40	64.51	19,607.86	277.22
Inhambane	15,358.72	239.98	500.48	7.82	14,807.04	231.36
Gaza	16,552.23	258.63	4,005.48	62.59	12,546.75	196.04
Maputo	69,674.94	1,088.67	9,212.95	143.95	60,461.98	944.72
Cross-Cutting (WR)	7,968.19	124.50	153.60	2.40	7,814.59	122.10

CHAPTER 3 - Financing and Investment Architecture

3.1 Indicative Financing Framework

Current public expenditure on WSS represents only 0.75% of GDP; the tariffs charged correspond to 24,0% of the regional average, reflecting a structural underfunding relative to need. The strategy is organised around 5 interdependent pillars, namely; infrastructure investment (Pillars II and III) and institutional and capacity building investment (Pillars I, IV and V).

Pillar	Need	Mobilised	To be Mobilised	Priority Sources
I Policies and Institutions	~16.2M	~7.0M	~9.2M	STATE BUDGET, IDA/WB, KfW, AFD, GCF Readiness
II Water Resources and Climate	~1,767.81 M	284.04	1,543.77 M	GCF, GEF, WB, ADB, PB, KOICA
III Coverage Expansion	~2,722.72 M+	~463.47 M	~2,258.51M+	FIPAAS FP, IDA, EIB, AFD, KfW, ADB, Italy
IV Sustainability	~3–7.5M	~0.4M	~2,6–7,1M	STATE BUDGET, IDA/WB (MUWS P178653), revenues UPAAS SA
V Private Financing	~15.7–53.7M	0	~15.7–53.7M	IFC, MIGA, private equity, bilateral donors
Total	**4,593.75 M**	**703.30 M**	**3,889.58 M**	

3.2 Resource Mobilisation Instruments and Modalities

FIPAAS FP centralises the sector's financial mobilisation, building on the fiduciary and investment management experience inherited from FIPAG. The new institutional architecture, while maintaining public financing and grants as a priority, simultaneously creates the conditions for formal access to three financing instruments that were previously non-existent in the sector:

- **Blended finance** with first-loss fund - 3 layers: bilateral grants + IFI concessional debt + commercial private equity.
- **GCF/GEF/LDCF climate financing** - potential USD 400-600M; accreditation via MozWIP/GWPSA (2028).
- **PPPs with MIGA guarantees** - target: ≥5 contracts by 2030; AdeM IP as the sole assignor; ICSID arbitration.

Readiness is sequenced: the three specialized units of FIPAAS FP (Q3 2027) and the creditworthiness path of UPAAS SA are the key conditions. Provincial and municipal governments participate in the programming of the investment through multi-year plans signed with FIPAAS FP.

V PILLAR V - **Private Participation and Finance**

Private capital · Blended finance · PPP · Climate finance · Partnerships

CURRENT SITUATION AND CHALLENGES	KEY COMMITMENTS
▸ Historically limited private participation: >1,800 small-scale FPAs, without MIGA, blended finance or GCF. ▸ Structural barrier: absence of functional owner/operator separation, removed by Law 9/2024. ▸ None of the three central instruments (PPP/MIGA, *blended finance*, GCF) has precedent in the sector. ▸ UPAAS SA still without the creditworthiness criteria; FIPAAS FP without specialized units.	▸ ≥5 PPP contracts with MIGA guarantees and ICSID arbitration active by 2030; AdeM IP as the sole assignor. ▸ *Blended finance in 3 layers:* (i) bilateral grants/donations as a first-loss fund; (ii) IFI concessional debt (IDA, EIB, AFD, KfW); (iii) commercial private capital attracted by the protection of the previous layers. ▸ GCF/GEF: potential USD 400-600M; accreditation via MozWIP/GWPSA (2028). ▸ 3 specialised FIPAAS FP units: GCF/AF | PPP/MIGA/ICSID | *Blended finance* (Q3 2027). ▸ Regulatory framework for ~1,800 PWPs and small-scale operators; integration into AURAnet. ▸ Biannual EMC + annual investor roadshows; 'one sector, one Compact'.

IV

PILLAR IV - **Operational and Financial Sustainability**

Performance of managing entities · Tariff reform · Cost recovery · Technology

CURRENT SITUATION AND CHALLENGES	KEY COMMITMENTS
▸ Average R/OPEX 1.16; systems such as Pemba (52,0%) and Maxixe (58,0%) below the break-even point. ▸ Collection rate 72,0%: effective ratio based on collected revenues is ~0.84 - below the bankable threshold. ▸ NRW 44,0% - each percentage point reduced ≈ USD 1.5M in additional revenue/year in Maputo alone. ▸ AURAS with systematic financial deficit 2022-2024 due to non-payment of regulatory fees. ▸ District governments and municipalities without stable budget allocations for maintenance.	▸ PBC Programme Contracts AdeM IP ↔ 10 UPAAS SA with binding targets (Q1 2027). ▸ Creditworthiness: IPSAS/IFRS audits, R/OPEX ≥1.2 and ESG reporting in the 3 largest UPAAS SA. ▸ Tariff reform: AURAS guarantees financial equilibrium and consumer protection. ▸ ARA financing: collect and retain the Raw Water Levy, reducing dependence on the State Budget. ▸ Modernisation: remote management, smart meters, MIS/SCADA in UPAAS SA. ▸ Target: international rating for ≥1 UPAAS SA by 2029. ▸ Accompany the expansion of piped water with the introduction of the sanitation levy. ▸ Ensure sustainability of rural water supply systems through profitable private operators. ▸ Adoption of lifecycle asset management plans by AdeM IP

III

PILLAR III - **Expansion of Coverage and Quality of Services**

Urban supply · Rural supply · Sanitation · FLID Irrigation · Quality

CURRENT SITUATION AND CHALLENGES	KEY COMMITMENTS
▸ Rural water 50.2% vs. urban 86.2% - a gap of 36,0%. ▸ National sanitation 38.2% vs. water 62.6% - sanitation always takes priority. ▸ Rural sanitation 24.6% - the most critical indicator in the sector. ▸ WASH in schools 31.9%; in health facilities 51.6% - target: 100,0% by 2036. ▸ Open defecation: 24.3% national, 33.6% rural - target: eradication by 2036.	▸ PRIORITY: rural water (→ 65,0%) and sanitation (→ 60,0%); eradication of open defecation; minimum 50,0% of total sector investment for rural areas. ▸ USD 706M for rural areas and towns over the next 10 years. ▸ Emergency programme for urban efficiency: NRW → 25,0%, 16h/day, quality → 100,0%. Immediate investment: USD 51M. ▸ WASH in schools and health facilities: 100,0% by 2036. ▸ SATOPAN latrines and septic tanks with standard designs + technical assistance to households for eradication of open defecation. ▸ Integration of small dams with small-scale irrigation and domestic consumption; GCF/AF eligibility. ▸ District and municipal governments as front-line implementers in rural programmes.

II

PILLAR II - **Water Resources Management and Climate Resilience**

IWRM · Multi-purpose infrastructure · Water Basins · Groundwater · Transboundary · NBS · EWS

CURRENT SITUATION AND CHALLENGES	KEY COMMITMENTS
▸ Storage capacity: 27,0% of average annual runoff - 95,0% concentrated in Cahora Bassa. ▸ Transboundary dependence: 54,0% of runoff generated outside the country's territory. ▸ Climate vulnerability: Mozambique is in the global Top 10 for exposure to cyclones, floods and droughts. ▸ Hydro-meteorological network below the optimum of 333 stations; gaps in early warning. ▸ Water infrastructure historically designed for single purposes - no IWRM approach.	▸ 4 large multipurpose dams (Locomue/Niassa, Muera/Cabo Delgado, Macuje/Nampula, Moamba Major/Maputo) - designed with integrated functions of supply, irrigation, energy and flood control. ▸ Preparation of projects for the Maguruma, Lúrio, Mugeba, Pavue and Mapai dams, with multiple use assessment. ▸ Integration of IWRM principles into the ARA basin plans. ▸ ~100 small dams per province by 2036; protection of 8 strategic urban aquifers. ▸ Transboundary cooperation: INAMACIOM, LIMCOM, BUPUSACOM and ZAMCOM; minimum flow agreements. ▸ Expansion of the hydro-meteorological network to 333 stations; integrated EWS. ▸ NBS in basin plans; ecosystem restoration; eligibility for carbon credits. ▸ Rehabilitation of 312 km of dykes (Maputo, Incomáti, Limpopo, Buzi, Zambeze and Licungo).

- **Contract transfer and recognition** - all contracts with external financiers, private operators and suppliers are formally transferred, with mandatory notification within the first 30 days.
- **Service continuity** - regular operation of the systems, tariff collection, payment of salaries and suppliers should be maintained without interruption throughout the transitional phase.

I PILLAR I - Strengthening Policies, Institutions and Regulation

Institutional reform · Legal framework · Regulation (AURAS) · Human capital · Data

CURRENT SITUATION AND CHALLENGES	KEY COMMITMENTS
▸ Law No. 9/2024 in progress: FIPAAS FP and AdeM IP with Statutes to be approved ▸ AURAS collection ratio deficient due to non-payment of the 3,0% regulatory fee by UPAAS SA. ▸ Fiduciary human capital concentrated in FIPAG technicians - at risk of being lost during the transition ▸ Operational data qualified with reservations in the 2024 RADS - undermines attractiveness for private capital.	▸ Statutes of FIPAAS FP Fund and AdeM IP Public Institute - immediate publication (maximum urgency). ▸ New tariff model with balanced automatic adjustment mechanism; AURAS as guarantor of financial equilibrium. ▸ Revision of Water Law No. 16/91 with climate integration and cross-border cooperation. ▸ AUDA-NEPAD Programme for DNGRH/ARAs in GCF, MRV and climate fiduciary capacity. ▸ Strengthening of AURAS: clearing (3,0%), specialised PPP unit and operational AURAnet. ▸ Water Academy: ≥3 master's/specialisation programmes at national institutions by 2036. ▸ Binding multi-year plans FIPAAS FP ↔ Provinces, Districts and Municipalities. ▸ Strengthening the institutional and contractual framework for PPPs, promoting more robust conditions for private sector participation.

Managing the Institutional Transition

The implementation of the new institutional architecture stated in Law No. 9/2024 implies a transition of high technical, legal and operational complexity. The Compact adopts the **Transition Plan (February 2026)** as a management tool for this critical phase, under the coordination of the Specialized Technical Commission and supervision of the Inter-ministerial Technical Commission. Four dimensions are prioritised:

▸ **Staff transfer** - redeployment of FIPAG technicians and other staff from dissolved entities into the new entities, preserving critical fiduciary and operational competencies.

▸ **Asset inventory and valuation** - exhaustive survey covering physical systems, equipment, financial assets and liabilities inherited from the extinct entities.

CHAPTER 2 - The Commitments

The Government of Mozambique commits to five strategic areas, structured as interdependent Pillars: the institutional strength of Pillar I creates the conditions of trust without which the investments of Pillars II and III cannot be made bankable. The sustainability of Pillar IV determines the absorption capacity that Pillar V requires; and the private and climate financing of Pillar V amplifies the execution scale of Pillars II and III. Implementation actively engages provincial, district and municipal governments as front-line implementing partners.

	NEXUS **WATER – FOOD** Bidirectional dependencies between water resources and food production	NEXUS **WATER – ENERGY** Interdependencies between water availability and energy production/consumption	NEXUS **FOOD – ENERGY** Flows between food and energy systems
→ WATER →	**Water → Food** ▸ Irrigated agriculture as a pillar of national food production ▸ Water quality is a critical factor for food security and food safety ▸ Water for food processing, washing and preservation ▸ Water availability determines the length of the growing season	**Water → Energy** ▸ Hydroelectricity: Cahora Bassa accounts for ~80,0% of the electricity generated in Mozambique ▸ Streamflow variability directly affects national electricity generation ▸ Water for cooling thermoelectric power plants	**Water → Food + Energy** ▸ Pumped irrigation integrates all three resources into a single production cycle ▸ Aquaculture and fish processing depend on water, energy and the food chain

1.5 Guiding Principles

One Sector, One Compact Single water sector instrument without institutional fragmentation.	**Institutional Leadership** Clear mandates without overlapping functions.
Joint Planning Participatory planning involving decentralized authorities and development partners..	**Territorial Equity** Resources allocated by need; minimum 50,0% for rural areas.
Financial Sustainability Viable tariff structures and guarantee mechanisms where required..	**Climate Resilience** Resilient infrastructure and efficient water resources management.
Reducing Inequality PRIORITY to **rural** (vs. urban) and to **sanitation** (vs. water).	**Future-Readiness** Studies and projects for the post-2036 cycle.

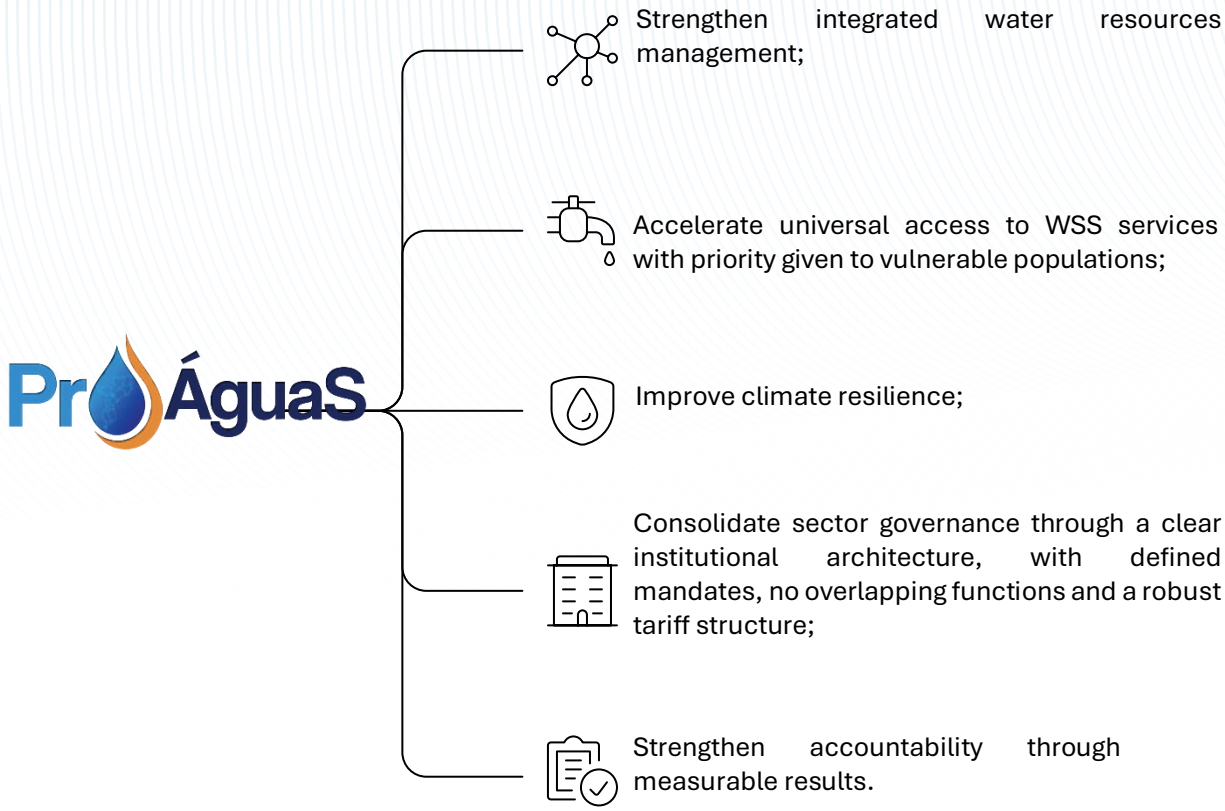
1.6 Alignment with National and International Policies

This strategy forms part of a coherent framework of national and international commitments:

Constitution of the Republic	ENDE 2025–2044	PQG 2025–2029
PNRH 2040	SDG 6 (Water and Sanitation)	Paris Agreement
Mozambique's NDC	Revised Water Protocol (SADC)	AUDA-NEPAD Initiative

1.3 Objectives, Targets and Progress Indicators

For the period 2026 - 2036, the Government of Mozambique defines five strategic objectives:



The targets are aligned with the ENDE 2025-2044, PQG 2025-2029, PNRH 2040 and the SDGs.

1.4 Social and Economic Development Opportunities

For Mozambique and its partners, this is a moment of documented returns: every USD 1 invested in water and sanitation generates **USD 4–12 in economic return** (WHO/WB).

The expansion of rural coverage unlocks 40 minutes of daily productivity per person - with a direct impact on girls' school attendance and women's agricultural productivity.

The Water- Food- Energy Nexus is decisive: the additional 50,000 ha of irrigated area by 2036 will generate yields 2-4 times higher than rain fed agriculture, reduce food imports estimated at USD 200-400M annually and unlock agro-industry dependent on quality water.

The new institutional architecture creates, for the first time, the conditions that infrastructure funds and international private investors require as a prerequisite for engagement, while simultaneously promoting local content, skilled employment and the integration of national companies into sustainable value chains.

CHAPTER 1 - Compact Framework

1.1 Background and Key Developments

The most comprehensive reform of the Mozambican water sector since 1998 was triggered by the approval of **Law No. 9/2024, of 7 June**, which establishes functional separation between capital mobilisation (FIPAAS FP), asset ownership (AdeM IP), service operation (10 UPAAS SA) and regulation (AURAS), creating the institutional conditions for private and climate financing. In February 2026, at the African Union Summit, Mozambique signed up for the AUDA-NEPAD WASH acceleration initiative, embedding the national reform in a high-level continental framework. ProÁguaS is the instrument that operationalises this reform into verifiable commitments, sequenced investments and measurable results for all Mozambicans.

1.2 Rationale and Strategic Vision

The imperative to act results from six converging realities:

- → **Demographic pressure**: +10 million people in the next decade.
- → Delay in relation to SDG targets: rural water 50,0%, sanitation 38,0%.
- → **Deep asymmetries:** urban 86,0% vs. rural 50,0% for water; water 63,0% vs. sanitation 38,0%.
- → Operational inefficiency: NRW 44,0%, 12.7h/day, collection rate 72,0%.
- → **Structural water security vulnerability**: 54,0% of runoff generated outside the Mozambique borders; 194 m^3/person/year of regularized water (excluding HCB); Mozambique among the countries most exposed to cyclones, floods and droughts.
- → Contraction of Official Development Assistance - the grant-based model is structurally unsustainable.

Strategic Vision

Transform the water sector into a driver of sustainable, resilient and inclusive development, mobilizing public, climate, concessional and private financing to accelerate universal access and long-term sector sustainability.

Financing Architecture

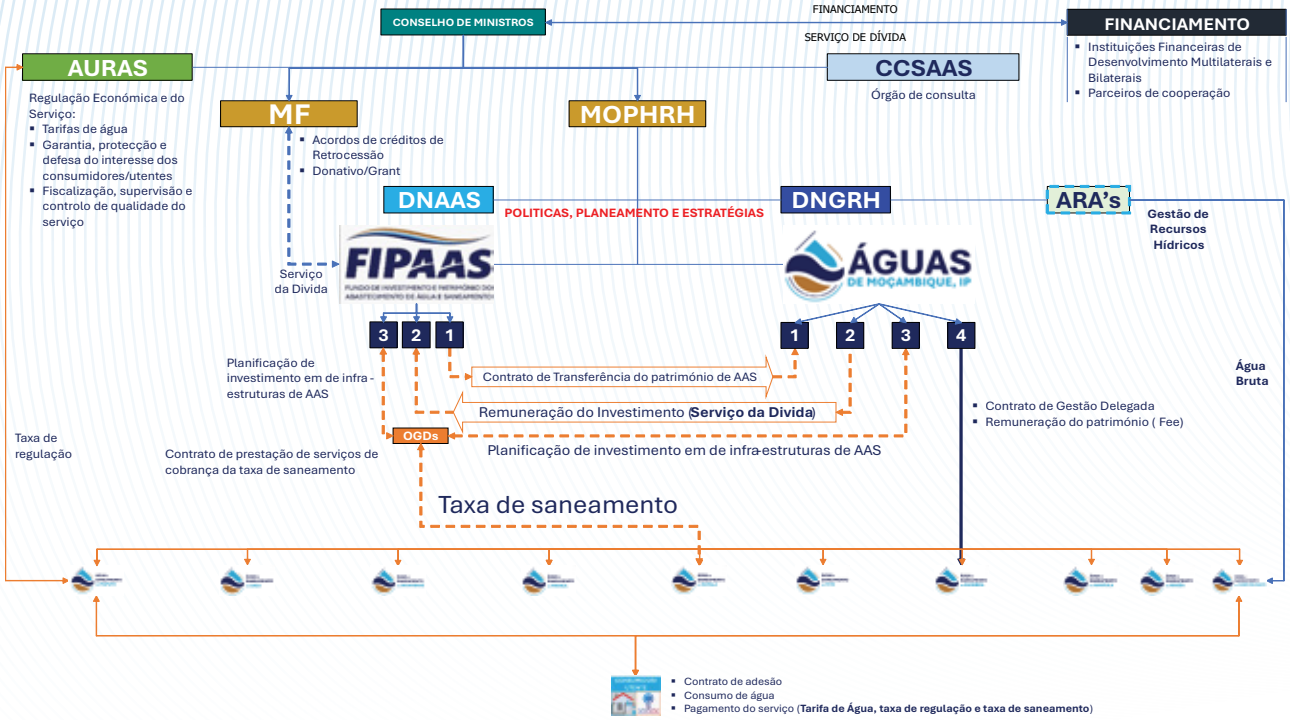
The financing of projects and activities is based on the following strategic architecture, combining:

- State Budget and multilateral concessional financing (WB IDA, KfW, AFD, EIB, ADB) - USD 594M identified;
- Climate financing (GCF/GEF/LDCF) - potential USD 400-600M; accreditation ongoing;
- Blended finance with first-loss fund - capitalisation with bilateral donors (2028);
- PPPs with MIGA guarantees - target: ≥5 active contracts by 2030.

The return on investment justifies the desired scale: every dollar invested in water and sanitation generates USD 4-12 in economic return (WHO/WB). The Water - Food - Energy Nexus leverages gains for food security, energy production and the attraction of productive investment.

Compact Targets — Key Indicators

Indicator	Baseline 2026	Target 2029	Horizon 2036
National water coverage	62.6%	**68.0%**	**75.0%**
Rural water coverage	50.2%	**56.0%**	**65.0%**
Urban water coverage	86.2%	**90.0%**	**92.0%**
National sanitation coverage	38.2%	**44.0%**	**60.0%**
Rural sanitation coverage	24.6%	**32.0%**	**54.0%**
Urban Sanitation	63.5%	65.0%	70.0%
Open defecation (national)	24.3%	**16.9%**	**0.0%**
Hours of Supply/day	12.7h	**13.7h**	**16.0h**
Non-revenue water (NRW)	44.0%	**35.0%**	**25.0%**
Bill collection rate	72.0%	**80.0%**	**90.0%**
R/OPEX (cost coverage)	1.16	**1.25**	**1.30**
WASH in schools	31.9%	**50.0%**	**100.0%**
WASH in health facilities	51.6%	**100.0%**	**100.0%**
Active PPP contracts (MIGA)	0	0	**≥ 5**
Climate finance mobilised	0	In accreditation	**USD 400-600M**



The Five Pillars

The strategy is structured around 5 interdependent pillars: (I) Institutional strengthening and regulation; (II) Water resources management and climate resilience; (III) Expansion of coverage and quality of services; (IV) Operational and financial sustainability; and (V) Mobilization of private capital, blended finance and climate finance. The Pillars form an integrated value chain: the strength of Pillar I creates the conditions of trust and predictability without which Pillar II and III investments would not be bankable.

The Window of Opportunity

For the first time, three conditions converge simultaneously:

Law No. 9/2024 - establishes a clear institutional architecture, with functional separation between capital mobilisation, asset management, service operation and regulation, exactly the model that financial markets and climate funds require as a precondition for entry.

Joining the AUDA-NEPAD Initiative - at the African Union Summit in February 2026, this reform was anchored within a high-level continental framework, broadening the scope for multilateral financing.

Unprecedented instruments - international climate financing, *blended finance* with first-loss fund and public-private partnerships with investment guarantees are now formally within reach.

The New Institutional Architecture

Robust Reforms in the second half of 2025 introduced a new institutional architecture. **FIPAAS , FP** (Water Supply and Sanitation Investment and Assets Fund, Public Fund) centralises capital mobilisation and investment programming; **AdeM IP** (Águas de Moçambique, Public Institute) manages assets and acts as sole contracting authority in partnerships with the private sector. The **10 UPAAS SA** (Provincial Water Supply and Sanitation Units, Public Limited Companies) ensure the provincial operation of water and sanitation services on a path towards creditworthiness, and AURAS (Water and Sanitation Regulatory Authority) exercises independent regulation and consumer protection. **DNAAS** (National Directorate of Water Supply and Sanitation) leads **WASH** (Water, Sanitation and Hygiene) policies, technical standards and coordination; the **DNGRH** (National Directorate of Water Resources Management and Hydrology) defines the water resources strategy, cross-border cooperation, and framework for climate finance; and the **ARAs** (Regional Water Administrations (ARA-North, ARA-Central and ARA-South)) ensure integrated operational management of water resources.

This functional separation, which did not exist until 2024, creates the structural conditions to mobilise public funds, private capital, climate finance and public-private partnerships in a manner that is both credible and bankable.

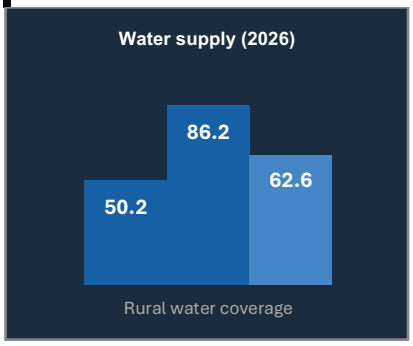
Executive Summary

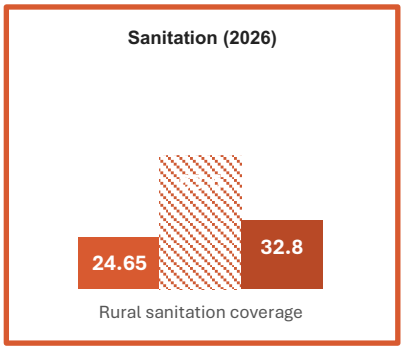
The **ProÁguaS** National Water Security Strategy 2026 - 2036 is the Government of Mozambique's response to the imperative of ensuring that water is an engine of economic development, climate resilience and social inclusion. The strategy operationalises the most far-reaching institutional reform of the sector since 1998, creates the conditions to mobilise financing at scale, and sets verifiable commitments for the next ten years.

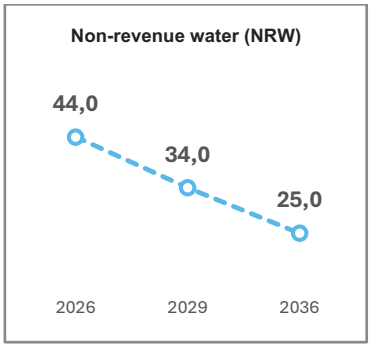
THE STARTING POINT — DIAGNOSIS

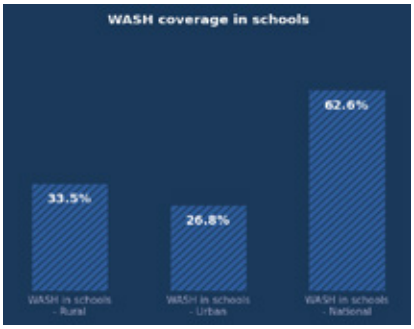
Rural water coverage stands at 50,2%, compared to 86,2% in urban areas. Rural sanitation coverage is below 25,0%, compared to 63,5% in urban areas, showing deep asymmetries between rural and urban areas. Open defecation remains above 33,0% in rural areas. Non-revenue water reaches 44,0% and average supply is only 12.7 hours per day. Water storage capacity represents just 27,0% of average annual runoff, with 54,0% of that runoff generated outside the national territory. Mozambique is today one of the world's most vulnerable countries to climate change.

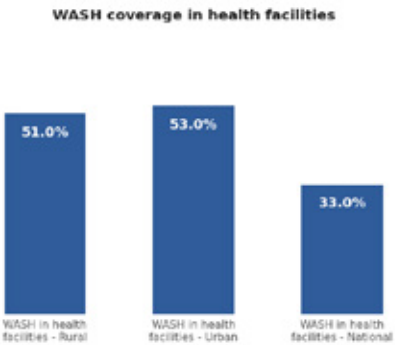
Structural Inequalities of the Sector

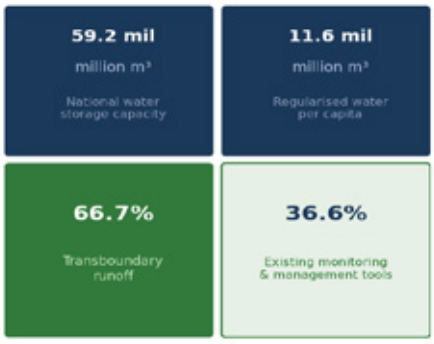












FIPAAS FP	Water Supply and Sanitation Investment and Assets Fund, Public Fund
FIPAG	Water Supply Investment and Assets Fund (predecessor entity)
FLID	Farmer-Led Irrigation Development
FPA	Private Water Providers
GCF	Green Climate Fund
GEF	Global Environment Facility
GIRH	Integrated Water Resources Management
GRH	Water Resources Management
IDA	International Development Association
IFC	International Finance Corporation
IFI	International Financial Institution
IFRS	International Financial Reporting Standards
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
PRONASAR	National Rural Water Supply and Sanitation Programme
QAD	Performance Assessment Framework
JAM	Joint Annual Meeting
RADS	Annual Service Performance Report
R/OPEX	Billed Revenue / Operating Costs Ratio
SADC	Southern African Development Community
SDPI	District Planning and Infrastructure Services
UPAAS SA	Provincial Water Supply and Sanitation Units, Public Limited Companies
VGF	Viability Gap Funding
WASH	Water, Sanitation and Hygiene
WBG	World Bank Group
ZAMCOM	Zambeze River Commission

List of Acronyms and Abbreviations

Acronym	Description	Acronym	Description
AAS	Water Supply and Sanitation	**KfW**	German Development Bank
AdeM IP	Águas de Moçambique, Public Institute	**LDCF**	Least Developed Countries Fund
AFD	Agence Française de Développement/ French Development Agency	**LIMCOM**	Limpopo River Commission
AIAS	Water and Sanitation Infrastructure Administration (predecessor entity)	**M&A**	Monitoring and Evaluation
ARAs	Regional Water Administrations (ARA-North, ARA-Central and ARA-South)	**MDB**	Multilateral Development Bank
AUDA-NEPAD	African Union Development Agency - New Partnership for Africa's Development	**MIGA**	Multilateral Investment Guarantee Agency
AURAS	Water and Sanitation Regulatory Authority	**MOPHRH**	Ministry of Public Works, Housing and Water Resources
ADB	African Development Bank	**MozWIP/GWPSA**	Mozambique Water Investment Programme / Global Water Partnership Southern Africa
EIB	European Investment Bank	**MRV**	Monitoring, Reporting and Verification
WB	World Bank	**NBS**	Nature-Based Solutions
BUPUSACOM	Buzi, Púnguè and Save River Commission	**NDC**	Nationally Determined Contribution
MC	Monitoring Committee (chaired by the MOPHRH Minister)	**NRW**	Non-Revenue Water
EMC	Extended Monitoring Committee	**ODA**	Official Development Assistance
ICSID	International Centre for Settlement of Investment Disputes	**ODS**	Sustainable Development Goals
DNAAS	National Directorate of Water Supply and Sanitation	**PBC**	Performance-Based Contract
DNGRH	National Directorate of Water Resources Management and Hydrology	**PIC**	Compact Investment Programme
DOPPHRH	Provincial Directorate of Public Works and Housing	**PNRH**	National Water Resources Plan
ENDE	National Development Strategy	**PPP**	Public-Private Partnership
ESG	Environmental, Social and Governance	**PQG**	Government Five-Year Programme
EWS	Early Warning System	**ProÁguaS**	National Water Security Compact 2026–2036

INDEX

Preface 2
List of Acronyms and Abbreviations 5
Executive Summary 7
The Window of Opportunity 8
The New Institutional Architecture 8
The Five Pillars 9
Financing Architecture 10
Compact Targets — Key Indicators 10
CHAPTER 1 — Compact Framework 11
1.1 Background and Key Developments 11
1.2 Rationale and Strategic Vision 11
1.3 Objectives, Targets and Progress Indicators 12
1.4 Social and Economic Development Opportunities 12
1.5 Guiding Principles 13
1.6 Alignment with National and International Policies 13
CHAPTER 2 — The Commitments 14
Managing the Institutional Transition 15
CHAPTER 3 - Financing and Investment Architecture 21
3.1 Indicative Financing Framework 21
3.2 Resource Mobilisation Instruments and Modalities 21
3.3 Flow of Funds - FIPAAS FP's Architecture as a Central Node 22
3.4 Investment Programme — Provincial Breakdown (Pillars II and III) 22
3.5 Institutional Investment by Pillar 23
CHAPTER 4 Governance, Roadmap, Results and Monitoring 25
4.1 Governance Architecture 25
4.2 Managing the Political Economy of the Reform 25
4.3 Implementation Roadmap 26
4.4 Results and Indicators Framework 27
4.5 Risk Management and Safeguards 29
4.6 Monitoring, Evaluation and Reporting 30
Annexes 35

tinue to suffer from a lack of access to water or from the extreme effects of floods. Water must no longer be a problem, both in periods of drought and in times of excess.

We intend, in an articulated, integrated and robust way, to ensure a more efficient, sustainable and resilient management of water resources, contributing to the social and economic development of the country.

The concept, objectives and expected results within **ProÁguaS**, reflect a deep consultation and listening to various social actors who helped to build this strategic thinking, which will lead us to achieve better results in the water supply and sanitation sector.

The road ahead is too long for the Government to walk alone. We therefore invite all stakeholders, within the framework of the information presented here, to support and invest in both water supply and sanitation, as well as water resources management.

Water is life and Sanitation is Dignity. Water is also a national strategic asset, of the same nature as energy, infrastructure and mineral resources. It is sovereignty, social stability, food security, public health and economic competitiveness. Therefore, the Government of Mozambique assumes with this strategy a decade-long commitment: to manage this asset rigorously, expand it with ambition and ensure that it serves all Mozambicans. We want to expand the water supply and sanitation services for our populations; build more dams, to guarantee domestic consumption, energy production, attract more tourists, elevate our supply productive industries and leverage the opportunities of agriculture.

With **ProÁguaS**, we build the foundations for the sector to inspire confidence. To our partners and investors, the message is unequivocal: Mozambique is building a robust, predictable sector that is ready to welcome responsible, long-term investment.

The success of this agenda requires a joint and coordinated effort between the central government, provincial and district governments, and local authorities, as well as the national and international private sector, civil society; cooperation partners and local communities.

It is in the most distant villages, in the most vulnerable families, in schools, in health facilities and in each district and locality of the country that the results of this strategy will be truly measured. No Mozambican will be left behind. The challenge is great, but greater is our determination to build a resilient, inclusive and sustainable country.

Mozambique's prosperous future will be built with safe water, dignified sanitation and abundant water security for all.

President of the Republic of Mozambique

Maputo, May 2026

MESSAGE FROM THE PRESIDENT

The National Water Security Compact - ProÁguaS 2026 - 2036 aims to manage water rigorously, expand it with ambition and ensure that it serves all Mozambicans. This Compact is the instrument that materializes our energy generation, tourism potential and the attraction of productive investment, creating opportunities for all Mozambicans in the cities, rural areas and across all provinces of the country.

In this document, we present our vision and the concrete targets we have set to reduce disparities between rural and urban areas. Province by province, we identify the main challenges, the windows of opportunity for investments and the necessary paths for a better performance of the sector.

While some progress has already been made, more Government's commitment to the Mozambican people, which includes better water supply and sanitation services, as well as better management of the water resources that the country has.

ProÁguaS was born at a time when three realities converge: (i) the awareness of the deficits that we need to overcome, (ii) the political determination to address them with deep structural reforms, and (iii) the need for diverse instruments needed to mobilise financing at scale: **public, private and climate**.

Mozambique's economy is profoundly water dependent, and water is a primary driver of the economy. The potential is there to transform Mozambique's water security from a constraint to an engine for resilient and inclusive growth. Through the water-food-energy nexus, ProÁguaS links water security to the expansion of agricultural production,

and better needs to be done. Despite possessing abundant water resources, driven by deficits in infrastructure, investment and institutional capacity, Mozambique faces economic water scarcity. This has a debilitating impact, particularly on those who con-

REPUBLIC OF MOZAMBIQUE
MINISTRY OF PUBLIC WORKS,
HOUSING AND WATER RESOURCES

COMPACT

ProÁguaS

2026-2036

NATIONAL WATER SECURITY STRATEGY

"Water Security for Mozambique's Sustainable Future"